

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

ATA Nº 013

PRESIDENTE - DEPUTADO DR. LEONARDO

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Boa tarde a todos!

Agradeço a presença dos senhores e senhoras, de todas as autoridades que são as senhoras mesmas.

As senhoras são as autoridades nesta tarde. A autoridade maior é Deus e, depois, vocês que elegeram os representantes, suas autoridades para representá-los tanto em assembleias estaduais e federais e no Executivo, também.

Então, cumprimento a maior autoridade, hoje, nesta tarde bonita, no Município de Cáceres, no Auditório Alton Reis, na Cidade Universitária da UNEMAT, que são todos os agentes comunitários de saúde, todos os agentes de combate às endemias, todos os técnicos em saúde e outros profissionais que aqui estão, porque não temos somente nutricionistas, mas, também, técnicos profissionais de Direito.

Vocês são, hoje, as maiores autoridades nesta tarde e agradeço a presença de todos.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, Deputado Dr. Leonardo, com o objetivo de debater as atribuições profissionais, o reajuste do piso salarial, a regulamentação da certificação do direito celetista dos Agentes Comunitários de Saúde-ACs e dos Agentes de Combate às Endemias ACEs.

Convido para compor a mesa o Deputado Federal Valtenir Pereira (PALMAS); Sr. Roger Alessandro Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde de Cáceres, neste ato representando o Prefeito Municipal, Sr. Francis Maris Cruz (PALMAS); minha amiga, uma pessoa fundamental e a sua visita, no início de 2015, ao meu gabinete foi fundamental para que acontecesse este dia de hoje, que convido com muito carinho, Sr^a Dinorá Magalhães, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Prof^a Dr^a Denise Cortela, Coordenadora dos Projetos InovaSUS e Agente Comunitária de Saúde, do Curso de Medicina da UNEMAT, *campus* Cáceres (PALMAS); Sr. Carlos Eduardo Souza Santos, Coordenador Técnico da Frente Parlamentar dos Direitos do Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Sr. Carlos Molina, Secretário Municipal de Saúde de Reserva do Cabaçal (PALMAS); minha amiga querida Sr^a Lurdes de Azevedo Carvalho, Secretária Municipal de Lambari d'Oeste, a Lurdinha (PALMAS).

Estamos aguardando todos os nossos amigos comporem a mesa.

Aproveitando este momento para darmos início e com todos acomodados ...

Composta a mesa, convido a todos para em posição de respeito cantarmos o Hino Nacional.
(O HINO NACIONAL É CANTADO.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Agradecemos a presença da imprensa local, imprensa da região; agradecemos o apoio do *campus* da UNEMAT de Cáceres, Professora Ana Di Renzo e Sr. Antônio Malheiros, um forte abraço, muito obrigado pelo apoio e pela gentileza que já é costumar com este Parlamentar; agradecemos a presença dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias dos Municípios de - esta é a lista que estava aqui, mas pode ter chegado mais pessoas e, depois, vamos falar -: Comodoro, Cáceres, Sinop, Araputanga, Rio Branco, Mirassol d'Oeste, Vale do São Domingos, Lambari d'Oeste, Reserva do Cabaçal e de outras cidades que estão chegando aqui.

Nós agradecemos a presença de todos os municípios que se fazem presentes.

Agradecer, também, as Secretarias de Saúde, os Prefeitos e Secretários de Saúde, que colaboram com suas presenças.

Agradecemos, ainda, a presença dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias dos Municípios de São José dos Quatro Marcos e Salto do Céu.

Conforme as autoridades forem chegando vamos agradecer e, também, as acomodá-la aqui na mesa.

É um prazer, uma honra imensa estarmos aqui, nesta data de hoje, ladeado por todos que aqui estão para sensibilizar.

Precisamos fazer alguns registros, algumas saudações especiais.

Eu fico muito feliz por estar aqui com o Deputado Federal Valtenir Pereira que é um amigo antigo, uma das pessoas que sempre me incentivou na política.

Quando estava lá no hospital, em visita, como médico, nem filiação tinha, não participava de nenhum partido político, o Deputado Valtenir Pereira me visitava, levava uma mensagem positiva da necessidade de mudança política, de participar do pleito.

Essas coisas têm que ficar registrado, Deputado!

Estou aqui na função de Deputado Estadual e agradeço muito Vossa Excelência. Quando eu estava trabalhando por várias vezes Vossa Excelência foi ao hospital mostrar a necessidade de se ter um representante na área da saúde, de participar da vida política ativa do Estado de Mato Grosso e do Brasil. Eu quero agradecer Vossa Excelência por várias vezes ter vindo, ter insistido e conversado.

Muito obrigado!

É por acompanhar o trabalho de Vossa Excelência, principalmente no que tange à categoria dos Agentes Comunitários de Saúde, que nos inspiramos aqui, no Estado de Mato Grosso, a fazer esta Frente Parlamentar Estadual em defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Muito obrigado, Deputado Valtenir Pereira!

E parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo na Bancada Federal, com os Deputados Federais e Senadores, na importante votação do Projeto de Lei na Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias e aprovação do piso salarial da categoria que está tramitando em Brasília. Contamos com Vossa Excelência como sempre na luta em respeito a essa categoria, porque...

Às vezes, perguntam: mas por que existem as frentes parlamentares federais e estaduais? Principalmente para sensibilizar os gestores, os prefeitos, vereadores, as secretarias municipais, da necessidade desses agentes importantíssimos, fundamentais para fazer saúde pública que são os Agentes de Combate às Endemias e os Agentes Comunitários de Saúde, porque sem eles não há saúde de verdade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Eu sou médico de profissão, trabalhei no PSF daqui e o Adenilson que está aqui fazia parte da nossa equipe. Eu fiz um bom trabalho na Cohab Nova, Massa Barro e Jardim Solução, porque tínhamos uma boa equipe. Sozinho, como médico, e só com enfermeiras ou técnicas em enfermagem na faria o excelente trabalho que foi feito, se não existisse uma equipe de verdade.

Então, agradeço aqueles homens, que era um homem só, e as mulheres daquela equipe que fizeram com tivéssemos 88% de resolutividade. É ótimo esse índice na Organização Mundial de Saúde que é acima da média. Afora os programas que foram feitos. Até hoje há os programas que foram feitos ali que começaram na nossa época e que conseguimos fazer a saúde coletiva, que fizemos o Programa de Saúde da Família verdadeiramente.

Por isso, criamos esta Frente Parlamentar para sensibilizar e mostrar para o gestor, principalmente, o que já sabemos: que R\$1,00 real que você investe no Agente Comunitário de Saúde se economiza R\$14,00 reais em doenças por quê? Porque o hipertenso tomará o remédio correto e não terá derrame, não terá infarto; o diabético tomará o remédio, a insulina ou o comprimido hipoglicemiante oral corretamente no horário, e evitará ficar cego, perder um rim, enfim, ter sequelas que o diabetes causa; as crianças serão vacinadas e as doenças que podem aumentar a mortalidade infantil poderão ser diminuídas; as gestantes vão fazer o pré-natal e as má-formações, as vacinas e o risco dos partos sem acompanhamento médico diminuirão.

Tudo isso quem faz são os senhores e as senhoras. São os primeiros que vão às casas fazer busca ativa da tuberculose, do HIV, da hanseníase e de outras doenças. Os senhores estão no dia a dia, ajudam no Bolsa Família, também; ajudam em outros programas. Quando o Governo Estadual quis fazer um programa de combate à dengue, no combate às endemias, quem foi que lembrado imediatamente? Os Agentes Comunitários de Saúde. Agora, no programa para tentar melhorar a pobreza deste Estado e trazer uma suplementação salarial para aqueles que estão na linha de miséria quem foi lembrado para estar lá na frente? Os senhores e senhoras, porque, efetivamente, estão nas casas, nos bairros. Os senhores e as senhoras sabem a realidade das cidades, sabem a realidade da saúde pública; sabem as desigualdades sociais que existem. Por isso que somos divididos em microrregiões.

Obrigado!

Eu agradeço aqui como médico, como cidadão mato-grossense, porque sei a importância e por isso essa Frente existe. Ela não existiria se não estivéssemos todos aqui.

Nós já percorremos quinze municípios. Quinze municípios essa Frente Parlamentar já passou, foram mais de quatro mil quilômetros. Em quatro municípios já está em um bom andamento. A última cidade que fez agora a aprovação e Lei Municipal foi Nova Mutum. Estivemos lá. Os Vereadores nos ligaram agradecendo, o Prefeito também agradeceu a presença da Frente Parlamentar, porque essa Frente Parlamentar existe para sensibilizar, dialogar, achar um caminho dentro das leis que existem.

Graças a Deus, estamos mostrando, depois de muito trabalho, trabalho da Dona Dinorá e do Sr. Domingos... É como falei, tenho que reconhecer... O Domingos está por aqui? É meu amigo. Muito obrigado. Esses dois nos visitaram logo no começo do meu mandato, em 2015, assumimos em fevereiro e em março foi a nossa primeira reunião. Também não existiria essa movimentação se a Dinorá e o Domingos não tivessem nos procurado e confiado, Dinorá - muito obrigado, companheira – no nosso trabalho.

Quero agradecer muito pela confiança, pela insistência, porque não é fácil, sabemos da luta da senhora, do Domingos e de todo o Sindicato, do Dr. Carlos. Muito obrigado pela confiança.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Eu não posso estar em todos os municípios, porque tenho o meu trabalho legislativo como Deputado. A Jose, o Dr. Carlos, o Valdemar, essa equipe, esse trio é que percorrem os municípios, primeiramente.

Depois, na sequência, eu vou participar das Audiências Públicas nas regiões, vou fazer Audiências Públicas em todo Estado, e depois vou a cada município.

Nós estamos auxiliando, as Câmaras Municipais estão votando e estaremos lá. Estamos em contato com o Deputado Valtenir Pereira para percorrermos juntos nesse segundo momento. No primeiro momento, na parte técnica...

Em nome do Secretário Roger Alessandro Pereira, eu agradeço a todos os Secretários de Saúde por estarem acreditando, recebendo a Frente Parlamentar, ouvindo-nos, dando-nos oportunidade de mostrar as leis que já existem.

Eu quero agradecer a Dr^a Denise, toda a UNEMAT, todo o corpo acadêmico discente e docente do curso de medicina e estendo a todos os cursos de saúde, todos os cursos da UNEMAT. Muito obrigado por estarem presentes sempre.

Vamos começar aqui, porque o interesse é que a plateia participe. E caso haja interesse da plateia, enquanto passarmos às falas iniciais, o Cerimonial está presente para fazer as inscrições para debatermos sobre o assunto específico. Vamos ser o mais breve possível para que todos possam falar.

Neste momento vou passar a palavra aos inscritos. Peço àqueles que queiram fazer a sua inscrição que procure o Cerimonial.

Agradeço ao Marcos Antônio dos Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; a Lucimar Alves Paslandim, Vereadora Municipal de Conquista d'Oeste; ao nosso amigo Vereador Almir João Fockink, de Rio Branco, que também é da área de saúde, enfermeiro.

Eu passo a palavra agora a minha amiga Lurdes Azevedo Carvalho, Secretária Municipal de Saúde da cidade de Lambari d'Oeste (PALMAS).

A SR^a LURDES AZEVEDO CARVALHO - Em primeiro lugar, agradeço a Deus por este dia, por este momento especial.

Em nome da nossa amiga Dinorá, guerreira, cumprimento todas as mulheres e toda bancada aqui presente de Deputado Federal e Estadual e toda a equipe.

Muito obrigada!

Deputado Dr. Leonardo e Deputado Valtenir Pereira, eu peço, como se fosse o pedido de uma mãe, por favor, intercedam por esses guerreiros que estão na ponta, estão de frente com o primeiro passo. As primeiras palavras e queixas de um paciente, antes de ir ao médico, são eles que estão frente a essa situação.

Então, por favor, olhem todos os direitos legais e interceda por eles. É o pedido de uma mãe. Por favor! Muito grata! Estou presente com vocês a qualquer momento que estiver ao meu alcance. Podem me chamar que vou estar junto com vocês todos não só de Lambari d'Oeste, mas com qualquer um, Rio Branco, Lambari d'Oeste, Salto do Céu (PALMAS).

Muito obrigada! Boa tarde! Bom trabalho a todos nós!

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradecendo a nossa amiga Lurdinha, aproveito e passo a palavra ao Carlos Eduardo Souza Santos, Coordenador Técnico da Frente Parlamentar dos Direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS - Boa tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Cumprimento o Deputado Dr. Leonardo, o Deputado Federal Valtenir Pereira, a amiga Dinorá, a Lurdinha, os Secretários presentes e todos aqui nesta tarde calorosa.

Em especial, alguns aqui já conhecem a minha figura por estar tentando conduzir um processo que não é fácil, mas acho que fui abençoado nessa designação que eu deveria fazer como Assessor do Deputado Dr. Leonardo.

Eu acho que somos muito felizes. O Deputado Dr. Leonardo já falou tudo quanto à origem deste ato aqui, primeiro, foi por meio dos amigos, a Dinorá e o Domingos, que são amigos, sem eles não seria possível.

Seguindo o exemplo do nobre Deputado Valtenir Pereira, que em Brasília é um guerreiro a favor da causa dos senhores.

Então, eu costumo falar não só em Cuiabá, em Mato Grosso e no Brasil, onde consigo estar: vocês são muito felizes, porque hoje Mato Grosso possui uma Frente Parlamentar bem representada na Câmara Federal e Mato Grosso é a nossa pioneira. Antes não havia no Brasil, em outras Assembleias Legislativas. Estamos sendo copiados. Paraíba foi o exemplo copiado daqui; Maranhão já nos convidou para seguir o exemplo bom daqui.

Isso quer dizer o quê? A luta de vocês passou a ter um diferencial a partir do momento que a sociedade jogou uma luz em cima do que está sendo discutido. “Ah, mas a luta vai acabar?” Não, não vai acabar. Ela só mudou de nível, porque agora vocês têm a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso ao lado de vocês. Vocês têm um conhecedor, um médico que está Deputado, da situação; um médico que serviu, inclusive, o Exército Brasileiro, de forma voluntária, aqui na região, conhece como ninguém. Então, não estamos falando de qualquer um, estamos falando de alguém que conhece; alguém que me passou esse conhecimento, que foi ele, para que eu consiga seguir a parte técnica de vocês.

Estou muito feliz de ter percorrido vários municípios e espero continuar junto com os nossos parceiros Valdemar e a Jose, que estão aqui e vocês conhecem. Estou feliz demais, porque duas lideranças de Sinop ouviram falar do trabalho e estão aqui, a Ida e a Sílvia, conhecem melhor do que muita gente por aí a situações de vocês, dentre as demais cidades.

Eu gostaria de lembrar os vinte e dois municípios aqui, que eu sei que estão presentes, isso é um fato histórico. Eu acho que em nome da causa nós nunca tínhamos conseguido reunir na Região Oeste para debater esse assunto e não vai ficar por isso mesmo, pessoal.

Ao final, eu falo como coordenador técnico, eu vou sugerir ao Deputado Dr. Leonardo, que é o requerente, que saíamos daqui com um termo, tentando compromissar prefeitos, câmaras, Secretários de Saúde em prol de todo mundo. Só tem uma pessoa que vai ganhar com tudo isso: a sociedade. A sociedade é que vai ganhar com vocês tendo um reajuste no piso; a sociedade que vai ganhar regulamentando o seu adicional; a sociedade que vai ganhar com vocês tendo um reajuste do piso, é a sociedade que vai ganhar regulamentando seu adicional, é a sociedade que vai ganhar com a insalubridade a que vocês têm direito.

Então, este debate hoje aqui, esta Audiência Pública, é Mato Grosso, a Assembleia Legislativa colocando olhos sobre a situação de vocês.

Então, pensem com muito carinho.

Agradeço de antemão por estarem aqui.

Os debates estão só começando, mas agradeço mais uma vez a presença de todos. Estou muito feliz por isso aqui estar lotado.

Muito obrigado mesmo, de coração. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço o Dr. Carlos, lembrando que a próxima Audiência Pública será em Sinop.

No dia 26 vamos estar em Sinop. Obrigado por vocês terem vindo.

Passo a palavra ao Secretário Municipal de Saúde, neste ato representando Francis Maris, Roger Alessandro Rodrigues Pereira.

O SR. ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA - Boa tarde a todos!

Primeiramente, em nome do Deputado Federal Valtenir Pereira cumprimento todos da mesa, em especial o Deputado Dr. Leonardo, por esta mobilização, junto com o Dr. Carlos, Coordenador Técnico, vamos dizer assim, dessa missão, porque há algum tempo vemos essa luta.

Domingos, Dinorá, em nome de vocês cumprimento os agentes aqui presentes, em especial a Evanilda Costa, nossa Coordenadora da Vigilância, é Agente de Combate a Endemias, conhece bem a dificuldade.

Vemos a luta já há algum tempo. Em Cáceres, em especial, temos um *déficit* de quase cento e cinquenta agentes. Então, é do total interesse do município, é do total interesse do prefeito Francis, é do meu total interesse enquanto Secretário que consigamos chegar a um denominador e consigamos resolver essa situação, porque não tem como falar em ampliação de cobertura de atenção básica, doutor, sem discutir e sem resolver essa problemática que já vem se arrastando por algum tempo, Deputado.

Então, tenho fé que aqui hoje vamos seguir o exemplo da região de Nova Mutum, como o Deputado acabou de...(PALMAS)...vamos sair com protocolo de atenções daqui, uma minuta assinada.

E, como Vossa Excelência sempre frisa, não estamos tratando de saúde para Cáceres, estamos tratando de saúde macrorregional, isso é o mais importante.

Parabéns a todos os envolvidos!

Podem contar com a Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres e com a Prefeitura, em nome do Prefeito Francis.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço o Secretário Roger Alessandro, em nome do Prefeito.

Agradeço a presença da Sandra, Secretária Municipal de Saúde Mirassol d'Oeste. Cadê a Sandra? Vem para, vem participar da mesa.

Eu não tinha visto a Sandra lá no fundo, mas a convido para participar conosco da mesa também e todos os Secretários aqui presentes.

Concedo a palavra, já está chegando algumas inscrições da platéia, à Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Mato Grosso, Sr^a Dinorá Magalhães Arcanjo de Castro. (PALMAS)

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO – Eu quero cumprimentar a mesa presente; o Deputado Federal Valtenir Pereira, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias do Brasil; e o Deputado Dr. Leonardo, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias de Mato Grosso.

Boa tarde a todos!

Eu quero dizer a vocês que é uma satisfação estarmos aqui para um esclarecimento, dizendo aqui que nós fomos atrás da criação dessa Frente Parlamentar Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Na verdade, ela já existia, ela estava criada no mandato passado, antes do Deputado Dr. Leonardo chegar lá, o Deputado Estadual Baiano Filho havia criado, mas não conseguiu sair com ela, não conseguiu andar.

Então, quando descobrimos que o Deputado Dr. Leonardo era um médico fomos buscar para que ele instalasse de uma vez e deixasse aquela situação.

Eu fui cobrada, Deputado Dr. Leonardo, porque disseram que nós deveríamos ter continuado com o Deputado Baiano Filho e eu esclareci que procuramos o Deputado Dr. Leonardo por ele ser médico e, então, tem conhecimento da situação, mas nós não temos nada contra a pessoa do Deputado Baiano Filho.

Então, foi criada a Frente Parlamentar para que pudesse nos dar o apoio político, na verdade, porque o trabalho do Sindicato é jurídico. Então, o Sindicato não pode ficar negociando politicamente.

Não é isso, Srs. Deputados?

O Sindicato não pode. Então, o Sindicato chega e quando nós chegamos, claro, conversamos, se não deu, nós temos que levar para a Justiça. Não tem mais acordo para ficar conversando.

Eu quero deixar claro agora à tarde que o Sindicato da categoria é estadual e nós não estamos brincando mais. Então, a conversação política que houver já não vai ser mais nossa, porque nós já fizemos esse trabalho.

Já são onze anos da Emenda Constitucional nº 51, são onze anos da Lei Federal nº 11.350, são onze anos da existência.

Quando nós pegamos era uma associação e como associação nós vimos que não conseguíamos avançar, criamos o sindicato para que pudéssemos avançar e nos mantemos junto com a Frente Parlamentar Federal.

O Deputado Valtenir Pereira visitou o município a município conosco, e muitos agentes aqui sabem disso, de quantas viagens nós fizemos, o Deputado alugava avião e nos levava juntos, outra hora de carro, e assim percorremos Mato Grosso.

Nós fizemos o nosso trabalho político, mas os gestores fazem assim: “nós estamos para cumprir a lei”. Mas, na verdade, eles não obedecem a lei, não. Não gostam de cumprir e vão enrolando e estão embolando. O mais grave, e estou indignada, é descobrir que a maioria dos municípios enganou os Agentes. A maioria dos municípios enganou os Agentes. (PALMAS)

A maioria, Deputado Dr. Leonardo e Deputado Valtenir Pereira, se enganou. Falaram que efetivaram, mas na hora que fomos buscar o documento, cadê o documento que comprovava a efetivação? Ele não existia! Não homologaram. A maioria não homologou no Tribunal de Contas. E nós temos um prazo e esse prazo se expirou no dia 31 dezembro.

Nós, enquanto Sindicato, entramos no Tribunal de Contas e requeremos que adiassem até 30 de junho.

E o que descobrimos agora? Que tem município fez um quadro criando Plano de Cargos, Carreiras e Salário, dizendo que estava efetivo, mas não certificou, não criou uma Comissão de Certificação, não comprovou, não publicou, não foi publicado, não homologou no Tribunal de Contas, e esses Agentes estão aí a perecer, a sofrer.

E eu quero dizer para vocês que nós estamos aqui e eu gostaria que cada município, que cada Agente se concentrasse e percebesse como foi feita a sua chamada efetivação.

Será que você está efetivo?

Outros fizeram CLT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Quando a Justiça deu, como do Município de Araputanga, que eu posso falar, que nós entramos lá com uma ação na Justiça e aí o Município comunicou a Justiça de que havia efetivado e agora fomos descobrir que o Município fez foi CLT, quando não pode existir mais CLT. Outros estão de contratos temporários, outros estão inconformados por questão de contrato por tempo indeterminado. Pelo amor de Deus, isso não existe. Não existe contrato indeterminado, não existe contrato temporário, não existe contrato enquanto perdurar o programa. Efetivou, mas eles continuam pagando INSS, não trouxe para o prédio do Município.

Agora à tarde, gente, eu gostaria que os senhores, enquanto Agentes Comunitários, vocês estão perdendo, mas o maior perdedor disso tudo aqui, Deputado Valtenir Pereira e Deputado Dr. Leonardo, é a população, porque o Governo Federal investiu nesse povo, o Governo do Estado investiu em qualificação e o Município também investiu e corre-se o risco de ter Município que os Agentes serão todos exonerados se não mudar o vínculo, se não resolver. Eu estou preocupada e ao mesmo tempo indignada, porque foi dito para nós que eles estavam efetivos e agora nós fomos ver e nenhum cargo sequer foi criado no Município. E os Agentes estão acreditando que estão efetivos.

Então, pessoal, esta Audiência Pública é de fundamental importância, porque nós temos duas Frentes, uma nacional e uma estadual, que, politicamente, têm o papel de nos ajudar. Por quê? Porque o trabalho do Agente Comunitário de Saúde e do Agente ao Combate à Endemia é uma política nacional, é uma política do Sistema Único de Saúde, de trabalhar a prevenção e a Promoção de Saúde e por ser uma política de saúde, nós, enquanto funcionários, enquanto trabalhadores, não podemos mais aceitar ficarmos na condição em que nós estamos. Nós não podemos aceitar. E o Sindicato da categoria... Hoje nós temos um jurídico, Dr. Cláudio, que está aqui, em muitas ações nós vamos ter que entrar na Justiça. Muita coisa nós vamos entrar, porque nós não temos tempo. E se nós não entrarmos, tem Município que não terá tempo hábil para se certificar e fazer. E chegando 30 de junho, o TCE nos informou que não haverá acordo, que não haverá conversa. Quem não estiver enquadrado, não estiver homologado lá terá que fazer o novo concurso, então, vamos correr contra o tempo, nós vamos correr contra o tempo!

Quero dizer para vocês, quero que vocês falem o máximo, não fiquem calados, por favor! Falem a situação, peçam a fala, aqui é o lugar de expor, porque nós temos essa tarde para que nós possamos assim resolver esses problemas, não fiquem brigando por insalubridade, não fiquem brigando por causa de salário, não vamos brigar por causa de incentivo neste momento não, é a regulamentação, não adianta você não ser regulamentado, você não ter efetivo e você ficar brigando por causa de incentivo, por causa de insalubridade, por causa de dinheiro, você briga por causa de dinheiro, você é mandado embora e vem outro e faz o concurso no seu lugar e entra e você fica com essa merrequinha que você ficou brigando por ela.

Então, deixa de brigar por causa de dinheiro agora a tarde, vamos focar na regulamentação, vamos focar aí, vamos ao ponto, eu espero isso de vocês, vamos agora a tarde foca na nossa regulamentação, porque tem muito está acreditando quando eu pergunto homologou no TCE “sabe que não sei” não é Silva?

Silva mesmo não homologou, Sinop, nós brigamos, foi efetivo foi mas não está no TCE, não está lá, se não está lá, tem problema. Então, quero dizer para vocês foquem, foquem no que vamos discutir agora a tarde, e o foco é a regulamentação depois nós brigamos pela insalubridade, depois brigamos pelo adicional, depois brigamos pelos uniformes, depois brigamos... Mas vamos focar agora de tarde, como é seu vínculo, como que está vinculado? Como você está para acharmos o caminho do que tem que ser feito?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Isso nós precisamos definir hoje, com quem é anterior a 14 de fevereiro, com quem é depois, como que foi feito o processo seletivo? De que forma você está? É isso Dr. Leonardo, que nós temos que focar agora a tarde, não é dinheiro não, isso quero pedir a vocês, vamos discutir, vamos a fundo na regulamentação, é isso que nós precisamos até mais um pouquinho (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Nossa companheira, sábia Dinorá. Vamos abrir já o uso da palavra para plateia. Após a dona Dinorá. A hora que Vossa Excelência quiser, Deputado, fazer uso da fala, estamos à disposição.

Lazaro Lucas de Souza, Agente de Endemias do Município de Mirassol D' Oeste, foi o primeiro inscrito.

O SR. LÁZARO LUCAS DE SOUZA – Boa tarde a todos! Boa tarde aos colegas; companheiros e companheiras; Agentes de Endemias do meu Município; Agentes Comunitários também do meu Município, Presidente do Sindicato Endêmico do meu Município; Marcos, que também se faz presente, que também abraçou a causa dos Agentes. Eu acredito que o Sindicato, independentemente de nomenclatura, falar a língua do Agente, ele merece o nosso respeito. Aquele que não fala a nossa língua não merece o nosso respeito.

Eu quero agradecer também a nossa Presidente, Sr^a Dinorá Magalhães, que há muito tempo vem lutando conosco nessa batalha. Todas as vezes que ela fora requerida, ela nunca negou comparecer. Foi comigo várias vezes ao Tribunal de Contas, dialogamos com vários prefeitos, vimos brigando, brigando e brigando, mas – como eu posso dizer? – nos calçou para que pudéssemos ter um alicerce para que hoje, nós, de Mirassol D'Oeste, pudéssemos ser efetivos. Ela me deu toda oportunidade, lá em Mirassol D'Oeste, falou: Lázaro, você pode dialogar em meu nome porque o Município é grande. Muitas vezes eu não conseguia entender determinada área e ligava para ela e ela me respondia.

Em tempo, eu quero agradecer a Dr^a Luciana Zambrone, sempre que ligávamos para ela e ela falava: “Você tem que seguir esse caminho que nós sempre seguimos.”

Também eu quero agradecer a minha Secretária Sandra Horn, que veio participar desta Audiência Pública para melhorarmos o entendimento. Muitas vezes começamos a conversar aqui e vai passando, vai passando e quando chega lá no final é completamente aquilo que nós comunicamos aqui, Deputado.

Em tempo, eu quero agradecer também o Deputado Valtenir Pereira, que é uma honra para nós, Agentes de Saúde de Mato Grosso, termos um Deputado Federal que fala a nossa língua, destacado nacionalmente.

Em tempo também, agradeço ao Deputado Dr. Leonardo, eu digo sempre, é um pensamento meu, que nós, Agentes de Saúde, não somos da Atenção Básica, nós somos da Atenção Primária, porque nós quem vamos às casas e levamos para o PSF as dificuldades e as endemias encontradas. Então, muitas vezes, a administração se preocupa em construir elefantes brancos que em 03, 04 anos ficam obsoletos, e no inverso quem verdadeiramente faz a saúde somos nós, agentes de saúde. (PALMAS)

Muitas das vezes, preocupam-se em fazer propaganda política, em construir grande laboratório, grandes hospitais, com ar-condicionado, água gelada e quando é para pagar salário digno de um Agente de Saúde, que é a barreira que vai impedir que o Município seja contaminado com grande epidemia, ficam com picuinha.

E às vezes as pessoas não regularizam, não reconhecem o trabalho do Agente, aí depois lá no posto de saúde... Os hospitais ficam lotados, pessoas nos corredores deitados, e vem aquela velha história, “o SUS não funciona, não temos recursos”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Agora, quanto é que custa uma pessoa internada no hospital, com leishmaniose, com Zika, com chikungunya? É muito mais do que o salário do Agente de Saúde. É muito mais que grandes elefantes brancos com enes CTIs e em 02, 03 anos ficam obsoletos, porque a demanda fica maior que a oferta, Deputado. E agora temos a graça de termos políticos em nível nacional, o amigo, Deputado Valtenir Pereira; e, estadual, o amigo, Deputado Dr. Leonardo, que estão ouvindo o clamor dos Agentes de Saúde, que só é lembrando, só é valorizado quando começa aparecer enes endemias.

A bola da vez agora é a febre amarela, outrora era a Zika, está chegando a tal da nyong-nyong, nem sei o que é isso, mas com certeza vai chegar, aí se lembram do Agente. Temos uma equipe altamente qualificada. Passou. Não lembram mais. Se requerer o direito, é ameaçado de demissão. Eu comecei esse trabalho em 1992, Deputado, eu achava, Dinorá... Quando lá em 1994, o então Ministro fez a verticalização da saúde, eu me preocupava porque você pode municipalizar a Polícia Civil, você não consegue municipalizar o Exército, porque a estrutura é diferente. E quando pega um Prefeito que tem responsabilidade com a Atenção Básica e com a prevenção, a coisa anda, mas quando não, não anda, desanda. Aí o Agente de Saúde leva na cara, porque não está trabalhando direito, não está fazendo o trabalho direito, pois o índice está lá em cima.

Mas jamais procuram saber a estrutura que estão dando para o Agente trabalhar, colocam o Agente para trabalhar no sol, pegam qualquer protetor solar para ele usar sem sequer passar por um dermatologista para saber que tipo de protetor que ele pode usar (PALMAS), depois enchem o peito para dizerem: “Nós damos EPI - Equipamento de Proteção Individual...”. Mas que EPI é esse? Temos colega que passa protetor solar e fica vermelho como um pimentão.

Eu dei uma ideia para a Secretária do nosso Município: Secretária, vamos fazer o seguinte: vamos contratar um dermatologista, vamos fazer um exame em todos os Agentes que aqui já estão e os próximos que adentrarem, Deputado, já colocam lá. Quando você vai fazer um concurso, você não faz enes exames? Coloca lá também: exame de dermatologista. Ou o protetor solar para o Agente não é EPI? Eu acredito que é EPI.

No meu Município, Deputado, muitas vezes até o Prefeito quer fazer, mas outras vezes o Prefeito não quer fazer, porque tem a visão de que o Agente de Saúde é gasto e se é gasto, automaticamente, quer cortar, mas o Agente de Saúde não é gasto, é investimento (PALMAS). Quando você tem um Agente bem remunerado, reconhece o seu trabalho, automaticamente a demanda no hospital e no PSF diminui.

Seria importante que o Estado e o Município criassem uma lei e dessem um incentivo, como meio de transporte. “Ah, mas no seu Município não há coletivo?”. Dê uma verba “x”, se você tem a sua moto, você vai pagar a sua gasolina, você vai juntando para de repente ter uma peça maior que você possa trocar. Muitos de nós que estamos aqui, estamos trabalhando não porque somos mercenários por causa de um salário, é porque amamos o que nós fazemos e estamos aqui de teimosos, porque muitas vezes na casa do morador, e muitas das vezes temos que passar por psicólogo, conselheiro, porque às vezes ele não consegue chegar naquele especialista.

Então, rogo aos senhores, tanto estadual quanto federal, que pensem com carinho, que criem esse recurso. Eu tenho minha moto, mas se eu tivesse uma bicicleta, verdadeiramente eu não conseguiria cumprir minha meta.

Já dialogamos com Prefeito, com a Secretária, que aqui está, mas esbarramos no tal de recurso, eu ouço sempre falar tripartite, até hoje vi só uma “partite”, as duas se perdem no meio do caminho, pelo menos é o que se diz a nós Agentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Então, agradeço a oportunidade de estar aqui hoje tendo o prazer de participar desta honrosa Audiência, porque anos atrás nem isso nós tínhamos direito, Deputado, era levar porretada, engolir grosso e trabalho.

Meu muito obrigado aos senhores. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Agradeço ao Lázaro, aos companheiros de Mirassol D'Oeste, que fizeram um relato do que é a vida do Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias. Obrigado.

Agradecer também a presença do Sr. Artur Costa Lima, que é assessor do Vereador Cezare Pastorello, do Município de Cáceres, que representa também a categoria aqui no Município de Cáceres. Muito obrigado, Artur, leva um abraço ao nosso Vereador Cezare, que teve outras obrigações e não pode estar presente aqui.

Convidamos agora para fala Almir João Fockink, que é Vereador e Enfermeiro, da cidade de Rio Branco. O Fockink já morou em Cáceres, agora está em Rio Branco.

O SR. ALMIR JOÃO FOCKINK – Boa tarde a todos!

O Deputado Valtenir Pereira, Deputado Dr. Leonardo, em nome da minha Professora Denise, eu cumprimento todos os Agentes Comunitários, todos da mesa, muito prazer, Denise, ter você aqui. Hoje sou enfermeiro, sou Vereador do Rio Branco.

Eu acho que estou numa questão da explanação no lugar mais certo possível. Eu mexo com Agentes Comunitários, estou com Agentes Comunitários junto e sou Vereador. Então, sou cobrado de duas formas e tenho prazer de defender das duas formas.

Eu vejo a luta e quero colocar aqui um posicionamento, nós temos que tomar uma atitude com emergência, porque há pouco tempo... Há muito Agente Comunitário... de 2006 para cá, tem que fazer concurso. Quem não efetivou ... nós, lá do Rio Branco, não somos efetivos. Os agentes comunitários não são efetivos. Em 2012, nós tivemos um parecer favorável da Comissão para efetivar todos os Agentes Comunitários, que tinham passado por um seletivo, só que politicamente ele não foi cumprido. Então, eu tenho um trabalho, um compromisso com os Agentes da minha cidade.

Há os Agentes do Município de Salto do Céu, eu trabalhei um ano e meio com vocês lá, graças a Deus, vocês conseguiram. A questão política, parabéns, Emerson, quem efetivou vocês, mas é uma luta, porque fica uma ameaça, “quem não tiver isso aqui será demitido ou terá que fazer novo concurso.” Está a Flávia aqui, que quanto tempo ficou correndo atrás de papel, quem fez seletivo em 2007, em 2008, papel antigo, procurando justificar o que fizemos. Nós comprovamos, só falta realmente efetivar.

Eu queria levar uma palavra sobre a questão do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas vai ao município, mas não se tenta que o agente comunitário não é efetivo. Eu acho que é um item que teria que ser cobrado. Isso é importante, porque ele está cobrando que, em 2012, na portaria 56, seria o prazo para o município efetivar os agentes. Depois se calou, ninguém falou mais nada, não sei por quê.

Eu acho que está chegando o momento certo. Essa questão é política? É política, sim, tem que ser política, senão eu acho que não será resolvida. Tem que mandar uma indicação para a Câmara. Com certeza, eu devo mandar para a Câmara uma Indicação para a efetivação dos agentes.

Legalmente, olhando, todo agente comunitário, que passou por um processo seletivo, tem direito a ser efetivado. Isso é lei. Para eu ser funcionário público, passei por um processo seletivo público. E quando se faz um processo seletivo, nada mais é que um concurso, é um concurso público. Eu acho que quem tiver... Eu vou citar um exemplo, colega Secretário de Saúde

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

de Lambari D'Oeste, nosso vizinho, a bagunça que ficou lá, ninguém sabe quem é quem, os agentes que estão, quem está chegando. Não é? Então, fica uma instabilidade.

Eu quero, como enfermeiro, falar para vocês que eu tenho um orgulho muito grande dos meus agentes, de todos esses que passaram, eu tenho um orgulho muito grande, porque, se eles não existissem, eu não faria nada. Eu iria atender doente que chegasse.

Nós temos orgulho em dizer que Rio Branco está 100% com cobertura, nós conhecemos todas as pessoas por causa dos agentes comunitários. Há agente comunitário que faz quarenta quilômetros na área dele, treze litros de combustível por mês, como se fosse uma coisa grande, mas são quarenta quilômetros. Quantas vezes ele faz quarenta quilômetros? Nem sempre ele consegue terminar a viagem dele em um dia, ou dois dias, então, ele vai andar 80, 120, 160 quilômetros.

Então, por isso que eu admiro vocês, eu preciso de vocês, como enfermeiro. O município precisa, nós precisamos, eu faço um clamor aqui, Deputado Dr. Leonardo, o Estado não tem repassado nada para a atenção básica, o Governo Federal, Deputado Valtenir Pereira, faz quatro anos que não aumenta em um centavo os valores da atenção básica.

Então, é uma complicação, lá na frente, nós fazemos o máximo. Como pediram aqui protetor solar, tem que ser de qualidade, tem que ser alguma coisa... não aquele creme que você derrama, ele escorre no corpo. Deixem o agente escolher o protetor que serve para ele.

São com esses detalhes que nós convivemos, eu convivo e posso falar de experiência, são nove anos na unidade de saúde. Eu me sinto muito revoltado quando alguém vem falar mal de um agente de saúde, eu defendo mesmo, nós até temos um controle de dizer: anota tudo como você faz suas visitas, para ninguém dizer que você não fez.

Eu quero deixar bem claro que eu sou um dos batalhadores para essa efetivação. É como a Dinorá falou, a insalubridade é um direito, eu sempre falei para os meus lá, você está no mesmo ambiente que eu estou, você vai fazer relatório, anotar, você está no mesmo ambiente insalubre que eu estou, é um direito. Mas, vamos brigar pela efetivação, e depois esses outros detalhes...

Eu vejo um detalhe talvez burocrático: dotação orçamentária. O município, às vezes, pode alegar que não há previsão de dotação orçamentária para este ano. Mas, eu acho que tem forma, sim, é só vontade política de cada município. Eu acho que vocês tem cobrar, se vocês votaram em alguém, se vocês ajudaram alguém, é vontade política agora, não tem mais dizer assim... buscar meios desses ou daqueles.

Contem comigo, eu agradeço, tenho um orgulho muito grande de todos vocês, como agentes comunitários, como agentes de vigilância. E o meu trabalho é continuar dando esse apoio a vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço ao Vereador Almir João Fockink. Lembro aos Secretários e Vereadores que a Frente Parlamentar tem modelos para serem encaminhadas as leis. As Câmaras Municipais, que desejarem, e os próprios agentes podem requerer. Nós temos vários modelos prontos, pré-prontos, para cada cidade se adequar e encaminhar às Câmaras Municipais de cada município dos senhores e das senhoras.

Graças a Deus, está aumentando, Dona Dinorá, o número dos inscritos, por isso pedimos a atenção ao tempo para oportunizarmos para todos falarem.

Com a palavra, Evanilda Costa do Nascimento Félix, Agente de Combate às Endemias, do Município de Cáceres e Coordenadora de Vigilância Sanitária. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

A SR^a EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX - Boa tarde a todos, boa tarde à mesa!

Eu quero me despir da fala de coordenadora, eu quero falar enquanto agente, enquanto pessoa que trabalhou e que conhece essa profissão muito de perto.

A nossa inquietação hoje, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Dr. Leonardo, é muito grande, haja vista que o cenário nacional não está favorável a nenhum trabalhador, seja ele público, celetista ou os agentes. Quando se aprova em nível nacional a terceirização do serviço, e as nossas leis específicas da categoria não falam diretamente para que vieram, deixam brechas, deixam lacunas, o que pode ser feito conosco? Esse serviço também pode ser terceirizado. Se o gestor puder terceirizar esse serviço, o que vai ser feito daqueles agentes que hoje... Até agora, a Dinorá disse aí, eu conheço a Dinorá desde 2011, quando eu fiz o primeiro contato com a Dinorá, chamei a Dinorá em Cáceres para que juntas tentássemos resolver a situação do município.

Então, se de 2011 para cá não conseguimos sensibilizar nenhum prefeito, nenhum gestor... Tinha a Frente Parlamentar, tinha o Deputado Valtenir, que militava em prol da categoria e militou arduamente para que muitas coisas acontecessem, mas nós não resolvemos uma questão primordial, a situação do trabalho: estatutário e CLT.

Os que estão estatutários hoje descobrem que não estão estatutários! E os que não estão correm o risco de não poder ficar. Então, a minha indignação enquanto agente de combate às endemias e a minha preocupação... Hoje, eu poderia não me preocupar com isso, estou em uma condição favorável, mas essa condição, também, é passageira. Então, eu me preocupo com a condição primordial que é a que sou ingressa no município.

Sou Agente de Combate às Endemias, amparada pela 11.350, e me disseram que estou efetiva no município e não posso ser demitida, porque a CLT me ampara. E descubro pelo Tribunal de Contas que posso, sim, ser mandada embora, depois de ter entregado minha saúde para este município; depois de ter entregado minha vida, abandonado família. Muitas vezes, os nossos filhos têm que ser separados de nós, ainda, bebês, porque somos CLT e o meu município não me dá o direito de ter seis meses de licença-maternidade. Eu tenho que cumprir a lei da empresa particular, porque sou CLT e tenho direito somente a quatro meses, mas como Agente tenho que educar uma mãe, ensinar uma mãe que ela tem que amamentar o seu filho, exclusivamente, até o sexto mês de idade.

Então, o que me traz aqui à frente como Agente que sou e como pessoa, mãe, família, é para perguntar Deputado Valtenir Pereira e Deputado Dr. Leonardo: o que faremos com as lacunas que essa Lei 11.350 deixou?

STJ, Súmula 42... Alguns de vocês já ouviram falar? Não, não é!? Ela diz o seguinte: “Torna-se inconstitucional qualquer mudança de regime sem processo de concurso.”. E eu fico feliz como um amigo que antecedeu minha fala que disse que ele considera o processo seletivo um concurso, porque nós concorremos. Nós participamos de um processo de seleção. Eu não acordei, pela manhã, e falei: vou lá ser Agente. Eu passei por um processo de seleção.

Então, o que quero deixar para todos é que juntos temos que pensar, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Dr. Leonardo, Sr^a Dinorá, que é do nosso Sindicato, hoje, instituição legal para nos representar, o que faremos com as lacunas que a 11.350 deixou.

Porque ela deixou, gente, senão, esses municípios já teriam sido penalizados há muito tempo. Estou falando alguma bobagem?

Pergunto novamente: eu falei alguma bobagem?

(A PLATEIA RESPONDE: “NÃO”.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

A SR^a EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX - Era isso, que eu queria deixar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Quero agradecer a Evanilda.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA - Boa tarde a todas, porque a grande maioria, o auditório está repleto de mulheres.

Então, boa tarde a todas e todos!

É com muita alegria que estou neste evento, nesta Audiência Pública, convocada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso por meio de Requerimento de autoria do Deputado Dr. Leonardo.

Como o Deputado Dr. Leonardo disse, eu tive a grata satisfação de conhecê-lo no Hospital São Luiz. Ele estava trabalhando, fui visitá-lo e o convidei para entrar para a política. Trabalhamos juntos nas eleições de 2012. Por pouquinho coisa ele quase se tornou prefeito, mas Deus quis que ele fosse Deputado Estadual. Hoje, ele está aqui nos ajudando a cuidar de vocês com esta guerreira, Sr^a Dinorá Magalhães, que é Presidente do Sindicato. Começamos com a Dinorá, ainda, quando Presidente da ADACES, que é a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias de Mato Grosso.

Então, quero saudar o Deputado Dr. Leonardo, autor desta Audiência Pública; o Dr. Roger Alessandro Rodrigues Pereira, Secretário Municipal de Saúde de Cáceres, neste ato representado o Prefeito Municipal Francis Maris Cruz; a Sr^a Dinorá Magalhães; Sr. Carlos Eduardo, Coordenador Técnico da Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Professora e Doutora Denise Cortela, Coordenadora do Projeto InovaSUS, que envolve os Agentes Comunitários de Saúde do curso de Medicina da UNEMAT, *campus* Cáceres; Sr^a Sandra Denis Horn da Cruz, Secretária Municipal de Saúde de Mirassol d'Oeste; Sr. Marcos Molina, Secretário Municipal de Saúde de Reserva de Cabaçal; Sr^a Lurdes de Azevedo Carvalho, Secretária Municipal de Saúde de Lambari d'Oeste e, também, o Dr. Cláudio, advogado do Sindicato que está conosco nessa caminhada somando com todos nós.

Eu quero começar minha fala resgatando como nasceu o Programa Agente Comunitário de Saúde e Agente de Endemias.

Lá nos anos de 1985 trouxeram para o Ceará um modelo de Agente que acontece lá em Cuba. Em Cuba tem muito esse modelo de visita aos moradores orientando como prevenir de doença. Esse modelo foi levado para o Ceará e lá como era uma inovação entenderam o seguinte: ao invés de fazer concurso público para dar estabilidade para uma ação que nós, ainda, vamos testar, primeiramente, vamos fazer um contrato, um seletivo e fazer uma contratação temporária, porque, se não der certo, não estabilizamos ninguém e poderemos - vamos dizer assim - ao final do tempo desligar todos e construir outra estratégia. Foi isso o que aconteceu. Implantaram esse modelo no Ceará e fizeram uma contratação temporária de Agente Comunitário de Saúde, claro, com outras nomenclaturas, mas com a mesma função que vocês desempenham, hoje, que é visitar os moradores, orientar as pessoas, por exemplo, quem tem pressão alta, quem tem diabetes, como ter um comportamento, uma dieta para não ter intercorrências com essas doenças, porque, não tem jeito, vai ter conviver com isso o resto da vida. Dá para conviver. Dá para ter uma vida sadia, mas com dietas, com restrições e vocês são fundamentais nessa estratégica.

Os Agentes de Combates às Endemias são estratégicos para evitar as doenças dos vetores que trazem do meio ambiente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Então, colocou-se essa solução em prática, essa estratégica em prática no Ceará, e deu certo. Os indicadores de saúde negativos começaram a ser revertidos e aí foram: 6 meses – bom; 01 ano - bom, então, vamos renovar e assim foi. Foi renovando ano a ano.

Os Estados do Nordeste copiaram a mesma estratégia, com o mesmo sistema de contratação temporária. Deu certo no Ceará pode ser que no Piauí, no Rio Grande do Norte, na Paraíba não dê certo. Então, vamos fazer a contratação temporária também.

E o que aconteceu? Outros estados, também, implementaram esse modelo e começaram a reverter os indicadores negativos de saúde. Dez anos depois, esse modelo foi transportado para o resto do País. Saiu lá do Nordeste, e passou a ser uma estratégia nacional, uma estratégia do Governo Federal e se espalhou pelo Brasil afora, pelos 27 estados da República federativa do Brasil.

Mas, também, todos...

Vamos dizer, em Mato Grosso: vamos implantar? Vamos! Deu certo no Nordeste, mas pode ser que aqui, em Cuiabá; pode ser que em Cáceres, pode ser que em Mirassol d'Oeste, não dê certo. Então, vamos fazer a mesma estratégia, contratação temporária.

O programa é uma coisa que não tem volta, deu certo e está aí para quem quer ver. A estratégia Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias deu certo.

Então, em 2003 estava todo mundo no contrato temporário, aí nasceu uma PEC, se não me engano, Projeto de Emenda à Constituição nº 16 ou nº 06, do Deputado Federal Maurício Rands, do Pernambuco, que tramitou na Câmara dos Deputados, foi aprovado com mais de três quintos dos votos, mais de 308 votos, em duas votações; foi para o Senado, onde foi aprovado e virou a Emenda Constitucional nº 51.

Junto com a Emenda nº 51 nasceu a Lei 11.350 para poder esmiuçar os dispositivos da Emenda Constitucional nº 51. E o que é que a Emenda Constitucional disse? Olha, vocês Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, que eram, na época, mais de 300 mil e hoje são mais de 400 mil Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Comunitários de Combate às Endemias.

Naquela época, em 2006, quando nasceu a Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, surgiu o parágrafo único do art. 2º. Quer dizer, quem fez seleção pública, quem estava no pleno exercício das atribuições de Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias, independente da nomenclatura, porque você tinha o agente ambiental, o agente de saúde, tinha várias nomenclaturas, mas todos faziam a mesma coisa: orientar os moradores, o vínculo com a comunidade, o perfil ali de liderança comunitária. Quem estivesse na data da promulgação no exercício dessas funções, automaticamente, seria efetivado, sairá do contrato, está assegurado, temporário para ser ou Celetista ou Estatutário. Isso nós temos que dizer, porque está na lei.

Sempre, mas sempre, nós defendemos o sistema estatutário, que é bom para todo mundo. Por que é bom para todo mundo? O estatutário é mais barato para o Poder Público, porque quando ele paga mil reais para um Agente Comunitário de Saúde, se for CLT vai chegar a um custo de 1.800 a 2 mil reais para o Município. E ele não faz a conta: eu tenho 100 Agentes Comunitários, pago 1.000 reais. Então, tenho aqui uma despesa, vamos dizer assim, de 100 mil reais por mês. Não! Ele faz a seguinte conta: eu pago 1000, mas com os encargos sociais, com os custos sociais, eu estou pagando 1.800 reais. Então, o meu custo eu tenho que disponibilizar 180 mil reais por mês para poder pagar 100 Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Agora, no Sistema Estatutário ele pode fazer outra regra, se eu tenho que pegar 180 mil reais por mês, vamos fazer o seguinte: qual o custo social que eu tenho disso? Eu tenho 40 mil reais e sobram 140. Eu posso pagar 1.400 reais de salário para o Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias. O custo social do estatutário é menor para o Poder Público do que o Regime Celetista.

Tem outra questão extremamente importante que para vocês a hora que sai um gestor vai ficar parecendo na CLT. Não. Esse grupo aqui de trabalhadores era da gestão anterior. Sabe de uma coisa? Eu vou mandar todo mundo embora e vou contratar novos Agentes Comunitário de Saúde, novos Agentes de Combate às Endemias, porque na CLT você manda embora, paga os direitos trabalhistas e acabou.

Nós temos também uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade, que houve, ainda em 1998, se eu não me engano na Emenda Constitucional nº 19, uma tentativa de deixar os dois regimes. Quer dizer, tanto os municípios, os Estados e a União poderiam escolher: “Não, eu vou contratar servidor pela CLT; vou contratar servidor pelo regime estatutário”. Nesse dispositivo existia essa possibilidade, só que houve um erro na tramitação do processo legislativo da Emenda Constitucional. Você tem um rito e houve um atropelo nesse rito, então aconteceu uma inconstitucionalidade formal. Houve uma inconstitucionalidade formal e foi dada uma liminar e suspendeu esse dispositivo.

Então, se formos analisar, realmente, embora a Lei 11.350 fale dos dois regimes, mas a Emenda Constitucional 51 não fala de regime jurídico nenhum, nem se é CLT, nem se é Estatutário. E se formos analisarmos mesmo a fundo, nós temos que obedecer a Constituição Federal, onde todo e qualquer vínculo com o Poder Público o Regime é Estatutário.

Por exemplo, no caso de Cáceres, que é Celetista, e foi abordado agora em uma das falas, pode mudar, sim, o Regime Celetista para o Regime Estatutário. Isso aconteceu lá em Campo Verde, em Lucas do Rio Verde, Sinop, São José dos Quatro Marcos.

Então, não há problema, é mandar um projeto de lei, de iniciativa do Prefeito, para a Câmara, fazendo a transferência do Regime Celetista para o Regime Estatutário. É claro que não vai ter rescisão contratual, você não vai ter condições de acessar o Fundo de Garantia agora, só daqui a três anos quando ele se tornar conta inativa, aí, tudo bem, você acessa. Mas você continua tendo o mesmo tempo de férias, para fins de férias, o mesmo calendário segue adiante. A única diferença é que você deixa de ser Celetista a partir daquele momento que a lei entra em vigor, que ela é sancionada e publicada, e vai adiante como Estatutário.

Então, isso é possível, sim, de fazer. Não há problema nenhum. E nós da Frente Parlamentar defendemos o Regime Estatutário. É mais seguro para vocês, é mais tranquilo para vocês.

Nós sabemos o quanto existem as perseguições políticas, sacanagem política que acontecem lá nos municípios. Eu não estou falando da disputa eleitoral, eu estou falando das sacanagens que acontecem mesmo. Então, por isso vocês precisam ser estatutários. Estatutários. Isso é de fundamental importância.

Então, o que acontece? No Estado de Mato Grosso nós começamos essa luta com a Dinorá Magalhães junto, agora juntamente com o Deputado Dr. Leonardo é a efetivação de vocês. Nós só temos oitenta municípios efetivados. Oitenta municípios, ainda faltam sessenta, um pouquinho mais da metade. A metade seria setenta municípios e meio, vamos dizer assim, são 141 municípios. Setenta e um seria a metade. Nós temos cerca de 60 municípios que não efetivaram os Agentes. Vão empurrando com a barriga e não resolvem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Nós conversamos com os prefeitos, falamos com os prefeitos e as coisas não acontecem. Por isso a importância de mantermos a unidade, a mobilização, para que estejamos juntos nessa empreitada, nessa caminhada, para que a efetivação aconteça.

Nós buscamos o apoio do Tribunal de Contas do Estado, que tem nos ajudado muito, mas penso que o Tribunal de Contas precisa pegar isso com mais força, com mais vigor junto aos prefeitos, porque não há na efetivação nenhum aumento de despesa.

Não há nenhum aumento de despesa para a efetivação de vocês. É uma garantia que está assegurada na Constituição Federal, seja antes da Emenda nº 51, seja com a Emenda Constitucional nº 51, que trata do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias.

Então, esse é o grande desafio, é o nosso desafio, é o desafio da Frente Parlamentar Federal, é o desafio da Frente Parlamentar Estadual, é o desafio do Sindicato, é o desafio de cada um de vocês lá na ponta. Por isso nós precisamos fazer política também. É importante a mobilização de vocês, vocês se organizarem, conversar com vereadores, conversar com o prefeito, como vocês...

(A PLATEIA QUESTIONA O ORADOR.)

O SR. VALTENIR PEREIRA – Eu sei que tem prefeito que não quer nem receber, mas liguem-me, liguem para o Dr. Leonardo, liguem para a Dinorá, que nós vamos pedir uma audiência: Prefeito, estou com grupo de Agentes Comunitários de Saúde e ele quer uma agenda com Vossa Excelência, receba o grupo em meu nome. Por que não? Vamos articular. Se vocês pedem e o prefeito não marca, avisem-nos que nós entraremos em contato.

O Prefeito vai atrás de mim em busca de apoio, em busca de resolver questões do seu município para recursos, para Emenda Parlamentar.

Por exemplo, Mirassol d'Oeste vai receber agora dois milhões de reais que nós conseguimos para fazer ponte de concreto, bueiro de concreto, restaurar uma parte das ruas do município. É a relação que nos construímos com Prefeito no dia a dia da nossa ação política, da nossa atividade política.

Então, temos que usar um instrumento que está em nossas mãos que se chama política, fazer política: “Prefeito, nós queremos te ajudar, queremos ajudar sua gestão, mas nós temos essas e essas demandas, são demandas que não requerem nenhum aumento de despesa, é a nossa efetivação. Nós queremos no Diário Oficial a criação dos cargos e o nosso enquadramento como servidor público municipal, Agente Comunitário de Saúde ou Agente de Combate às Endemias. É isso. É isso que nós precisamos fazer. Então, vamos somar esforços!

Eu estava aqui conversando paralelamente com o Deputado Dr. Leonardo e com a Sr^a Dinorá Magalhães para marcarmos uma agenda, o mais rápido possível, com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Conselheiro Antônio Joaquim. Vamos marcar uma agenda com ele. Precisamos exatamente construir uma estratégia o mais rápido possível para que possamos garantir a efetivação de vocês.

Mas mesmo trabalhando lá no Tribunal de Contas, mesmo fazendo articulação política com os prefeitos, é importante também que vocês façam essa articulação política lá na sua base. Conversem com o Presidente da Câmara, conversem com os demais vereadores em grupo, chamem para uma reunião, chamem, por exemplo, para almoçar lá na casa de vocês... (VAIAS)

Por que não? Por que não? Isso é fazer política, é articulação. Chamem, organizem uma agenda e toda semana vocês falem com um vereador, ou todo dia vocês falem com um vereador em um almoço, em um jantar com um grupo de Agente Comunitário. Façam uma vaquinha lá e os chamem para um almoço ou uma janta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Isso é fazer política! Facilita o nosso trabalho essa articulação política de vocês lá na base, lá na ponta. Isso é de fundamental importância.

Voltando um pouco para um ponto que é extremamente importante para vocês, que também é fruto desta Audiência Pública, está no script da Audiência Pública e é o Projeto 6.437. O Projeto 6.437/2016, que trata exatamente das atribuições de vocês. É o projeto que dispõe sobre as atribuições das profissões de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, amplia o grau de formação profissional e estabelece as condições e tecnologias necessárias para a implantação dos cursos de aprimoramento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Vejam: nós estamos com o piso salarial há mais de três anos defasado - e isso é real. Antes era 1,4 do salário mínimo. Isso era o parâmetro. Hoje praticamente é quase um por um. Antes, pelo menos o incentivo que chegava para os prefeitos era 1,4 do salário mínimo. Agora não, são mil e quatorze e ficou, vamos dizer assim, esses três anos parados em mil e quatorze reais.

Então, nós temos que construir uma estratégia para poder trazer à discussão a questão do piso. Só que nós sofremos um revés. Nós sofremos um revés.

Vocês se lembram das Portarias nºs 958 e 959, que diziam assim: “olha, o Agente Comunitário de Saúde é dispensável, ele pode ser substituído por qualquer outro profissional.” Foi aí que se acendeu a luz amarela. Então, sabe o que nós precisávamos? Dar estabilidade às profissões Agente Comunitário de Saúde e dar estabilidade ao Agente de Combate às Endemias. Foi aí que a CONAX debateu esse projeto, construiu esse projeto e depois foi discutir conosco.

Nós abrimos mão para que o Raimundo Gomes de Matos fosse autor do projeto e eu assumisse a relatoria. A força de um relator é muito maior do que a força de um autor. Nós podemos pegar esse projeto e fazer as inserções necessárias, o aperfeiçoamento, o aprimoramento do texto. E começamos fazer as Audiências Públicas. Já fomos a Mato Grosso do Sul, que é a terra do Presidente da Comissão Especial, do Deputado Mandetta, estivemos na terra do autor do projeto, Deputado Raimundo Gomes de Mato, no Ceará, e sexta-feira estive em Goiânia, debatendo esse projeto. Hoje seria no Pará, mas o Deputado Pará não conseguiu organizar e ficou muito em cima e então cancelou. Foi ótimo. Senão, eu não poderia estar aqui com vocês falando das questões do meu Estado.

Todas as sextas-feiras e todas as segundas-feiras nós estaremos em algum lugar do País. Vamos visitar mais de vinte Capitais.

Nós fizemos um calendário enxuto para até o dia 15 de maio estar com esse projeto pronto para ser votado na Comissão Especial. Votado na Comissão Especial, ele vai para a Comissão de Constituição Justiça e Redação-CCJR. A votação na CCJR é conclusiva, um projeto conclusivo. E o que vai acontecer nesses casos específicos, por ser conclusivo na CCJR? Ele vai direito para o Senado, não precisa ir para o plenário grande.

Eu vou adotar uma tática. Eu vou pegar... É o seguinte: ele pode ir para o plenário se houver recurso, mas para que haja recurso é preciso no mínimo 51 assinaturas. Então, vamos dizer assim, alguém que queira nos enrolar vai lá e pega 51 assinaturas e manda para o plenário. O plenário é mais difícil, tem que fazer uma série de articulações. Mas eu tenho uma tática que estou pensando, mas eu não vou revelar, porque eu não posso revelar... (A PLATEIA SE MANIFESTA). Não, não pode! Não pode se não estraga. É uma estratégia que temos que adotar aqui para poder não ter problema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Então, ele é conclusivo nas Comissões e por ele ser conclusivo nas Comissões, ele vai direto para o Senado e no Senado também é conclusivo, aí que ele vai para o Presidente Michel Temer, para sancionar.

Então, nós estamos com uma estratégia de que até o final do ano nós consigamos aprovar esse projeto de Lei com o aprimoramento do texto. O texto é bom, mas têm ainda algumas coisas para serem ajustadas. E nós trouxemos várias coisas que eu vou colocar aqui.

Vocês estão atentos à Reforma da PENAB, que é a Política Nacional de Atenção Básica? Eles estão querendo unificar Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias e construir outra carreira que abarca as atribuições das duas categorias. Então, precisamos ficar atentos a isso.

Essa questão de trabalhar, nós queremos as ações integradas entre Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. Nós não queremos a unificação, até porque têm coisas que são bem peculiares do Agente Comunitário de Saúde, são específicas e têm coisas que são específicas do Agente de Combate às Endemias. Então, não dá para misturar as coisas aí. Vamos dizer assim: cada macaco no seu galho. Agora dá para integrar em algumas ações. Por exemplo: tem um surto aqui de chikungunya, de mosquito da dengue, ótimo, precisamos envidar esforços. Vamos chamar os Agentes Comunitários de Saúde para ajudar nessa estratégia, mas o dia a dia é do Agente de Combate às Endemias. Precisamos fazer uma busca ativa, fizemos aqui uma análise, geralmente o Presidente da Comissão é o Deputado Mandetta, ele é médico, foi Secretário de Saúde de Campo Grande e aí, me dando aula na área de saúde, ele disse o seguinte: se você delimitar um território, por exemplo, Cáceres tem cinquenta, oitenta mil habitantes, quase noventa mil habitantes, cinquenta, sessenta mil eleitores. Então, noventa mil habitantes. É assim, protocolo, 10% das pessoas são diabéticas ou tem pressão alta? Hipertensas... E no calendário aqui só tem quatro mil, então está faltando, vamos dizer assim, regra geral, vocês estão entendendo? Está faltando outras cinco mil, mas pode ser que o sistema esteja muito bom e automaticamente, realmente sejam só quatro mil mesmo, mas só para constatar, então, não precisamos fazer uma busca ativa, rápido, vamos chamar os agentes de combates a endemias, de forma organizada, preparada, por meio de curso, e aí eles vão ajudar nessa estratégia, é uma estratégia o que? Ali momentânea, não é constante, vocês estão compreendendo, ai vamos fazer as ações integrada.então, tem essa desconfiança.

Mas como Projeto 6437, nós colocamos por terra essa estratégia da PENAB, vocês sabem nós temos Secretário Municipais de Saúde, mas o Conselho Nacional de Secretários Municipais - CONASEMS, eu não sei, os caras não gostam dois Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates as Endemias, vocês estão entendendo? Não é de hoje que eu os vejo com a intenção de passar a perna em nós. Inclusive teremos uma conversa com o Conselho Federal de Enfermagem - COFEM, para podermos acertar, porque tem a questão aí “o agente comunitário de saúde não vai poder medir pressão, não pode medir a índice da glicemia, a questão do diabéticos...”.

Olha! Nós vamos sentar para organizar isso, algumas atividades por uma questão de eficácia e eficiência, porque a pessoa está reclamando de uma dor de cabeça, aí você fala “espera aí que vou buscar o enfermeiro no PSF para vir medir sua pressão, porque só o enfermeiro que pode, só o técnico que pode medir sua pressão...” não! Por que vocês não podem receber a capacitação que está no projeto de lei? Serem técnicos em agentes comunitários de saúde, uma vez como técnicos de agentes comunitários de saúde, vocês tenham dentro da capacitação, da profissionalização de vocês medir pressão e medir a diabetes. O que acontecerá? Eu não vou precisar parar aqui e ir lá buscar alguém para poder medir pressão ou medir a diabetes, vocês podem fazer. Mediu? Está alto? “Opa,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

vou levá-lo ao PSF, você precisa agora ser cuidado pelo enfermeiro e pelo médico” você fez uma constatação. E aí nós temos a questão das atividades privativas dos agentes comunitários de saúde, atividade privativa dos agentes de combate endemias, depois as atividades supervisionadas que nesse caso, é o gerenciamento, e o agente comunitário, por exemplo, vai, nessas atividades supervisionadas, reportar a alguém com curso superior, o enfermeiro, o médico, as ações que ele está fazendo. Nós temos as ações compartilhadas. Por exemplo: garantir o espaço do ACS e do ACE dentro do PSF. Quantas vezes vocês aqui ficam sabendo de uma estratégia de vacinação no dia anterior: “Amanhã vocês se preparem, porque vai ter vacinação”. Mas espera aí, porque é que essa estratégia não foi construída com Agente Comunitário na reunião? Porque vocês podem dar sugestões, podem inclusive melhorar a estratégia de ataques dentro desses processos de vacinação. A mesma coisa a questão dos Agentes de Combate às Endemias.

Então, nós queremos o quê? As ações compartilhadas. Estará no projeto. E as ações integradas entre Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias...

Eu quero fazer um convite a vocês, nós não podemos fazer feio. É a Casa do Relator e eu estou com muito medo de fazermos feio. No dia 28, sexta-feira, às 14h, nós vamos ter um seminário estadual, uma Audiência Pública para debatermos o Projeto de Lei nº 6.437, daí a importância de vocês se reunirem de hoje até lá, discutir e debater para vocês poderem levar elementos para nós. É de fundamental importância que isso aconteça, que vocês levem informações. Lá no Raimundo Gomes de Matos foi um sucesso, lá com o Deputado Federal Mandetta foi um sucesso e aí, na Casa do Relator, só tem um Relator, Deputado Dr. Leonardo e a Dinorá? Já pensou que vergonha que vai ser para mim?

Então, me ajudem, se organizem, falem com o Prefeito, falem com o Secretário, e vão no dia 28 lá na Assembleia Legislativa. Nós vamos providenciar, por meio da Comissão, mandar um Ofício para todos os Prefeitos pedindo a liberação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias para estarem conosco lá na Assembleia Legislativa, em Cuiabá.

Companheiros Agentes Comunitários de Saúde, eu quero apenas fazer uma fala aqui, antes de encerrar, que uma Agente Comunitária de Saúde falou lá em Campo Grande e que eu achei muito interessante. Ela disse o seguinte: “Para ter mais - que é o que nós queremos - vamos dar mais, porque aí nós vamos ter cidadãos satisfeitos.”

Então, faça a parte de vocês lá na base, atenda o morador, dê atenção como vocês sempre fizeram. Façam articulação política lá, porque nos ajuda também no nosso diálogo com os prefeitos, no nosso diálogo para poder ver a efetivação de vocês, a melhoria e a valorização de vocês.

Então, quero agradecer ao Deputado Dr. Leonardo pela atenção de Vossa Excelência, pelo trabalho que Vossa Excelência tem realizado. Quero parabenizar a Sr^a Dinorá, essa guerreira que não mede esforços, vai, anda o Estado de Mato Grosso, já andou o Estado por inteiro, exatamente defendendo a causa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

E, por fim, quero pedir a compreensão de vocês para que me liberem para eu ir, porque ainda vou pegar o avião para Brasília, tenho que chegar até sete, sete e meia em Cuiabá. Eles estão arrumando a estrada, há hora que engarrafa, nós ficamos parados. Eu vou ficar mais uns dez minutinhos aqui, porque há algumas perguntas, nós resolvemos e depois vocês me liberam, está certo.

Muito obrigado, vamos juntos firmes e unidos. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

A SR^a EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX – Eu sou bem obediente, estou obedecendo a Dinorá, aproveitando o espaço para discutirmos e tirarmos as dúvidas.

Eu tenho dois apontamentos na fala de Vossa Excelência, que vai de encontro com a fala da Dinorá. Vossa Excelência disse que nós temos 80 Municípios em regime estatutário no Estado e 60 para ficarem. Desses 80 quantos estão na situação que a Dinorá colocou na primeira fala dela, que fingiu que fez, mas não fez? É o primeiro que quero saber?

Segundo, Vossa Excelência disse que o Projeto de Lei, que podemos ter alcance de melhoria, mudança de regime e que vai ser aprovado no final do ano. A Dinorá disse, na fala anterior, que o nosso prazo é até junho. Então, assim, se até junho podemos estar ferrados, vamos colocar essa palavra, porque vamos ter que esperar até o final do ano? Isso estou falando agora como gestora, porque também os Municípios... Como foi colocado na fala do Valtenir, às vezes parece que o Secretário não quer resolver, que a gestão não quer resolver, mas a gestão tem que trabalhar dentro da burocracia, da “burrocracia” e do sistema. Então, às vezes a lei não ampara, não diz como deve ser feito, e nós ficamos meio amarrados na questão de tentar resolver.

Então, eu preciso entender como gestora, porque milito muito em prol da nossa categoria, eu tenho brigado para que a mudança de regime no nosso Município aconteça, mas que aconteça da forma correta para que daqui a 03, 04 anos nós não descubramos que não foi feita da maneira que deveria ser, como os companheiros que eram antes de 2006, que deixaram agora para o regime CLT e descubrem que terão que passar para estatutário.

Então, estou tentando entender e este é um momento de esclarecimento e de discussão. São essas duas perguntas. Nós estamos correndo contra o tempo e quantos Municípios fingiram que fizeram e não fizeram a mudança de regime?

O SR. VALTENIR PEREIRA – Vejam, há duas situações: uma é o Projeto de Lei 6.437, que não atrapalha em nada a questão da efetivação de vocês aqui. Então, a estratégia do projeto que trata das atribuições dos Agentes de Saúde e de Endemias... Nós queremos até dezembro estar com ele pronto. Até julho na Câmara dos Deputados e depois, no Senado, até dezembro para finalizar. Não atrapalha, não prejudica em nada a questão da efetivação.

E o caso da efetivação é uma definição do Tribunal de Contas do Estado. “Prefeito, Vossa Excelência tem até julho para poder concluir”. Agora, toda vez que darmos uma determinação e não pomos sanção, quer dizer, o que é que o Prefeito tem de prejuízo se ele não efetivar o Agente Comunitário de Saúde? Nada! Então, torna inócua uma decisão dessa magnitude. A Dona Dinorá poderá falar melhor sobre isso. O projeto não atrapalha em nada a efetivação.

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO – Exatamente, Evanilda, o projeto não tem nada a ver, o projeto é outra situação.

A situação que eu coloquei não tem nada a ver com a efetivação. O PL vai mexer com a atribuição, não tem nada a ver. Agora, a efetivação prossegue. Vejam bem, quando eu coloquei dos Municípios que fingiram, porque eles falaram que estavam efetivos, na nossa contabilidade, quando nós contamos com todo mundo dizendo que estava efetivo, na nossa contagem iria dar o quê? Iria dar 100 Municípios efetivos. Quando nós começamos a recontar, isso caiu, foram os Municípios que fingiram que efetivaram e não efetivaram. Então, caiu para 80. Então, 20 fingiram. Correto? Essa é uma situação.

Quando eu falei que o TCE, nós, eu estou dizendo porque nós protocolamos, enquanto Sindicato, no TCE, pedindo... Porque a Normativa nº 29... Foi sim feita uma Normativa, existe sim pelo TCE, Deputado, uma penalidade caso o Município não cumprisse até o dia 31 de dezembro, ele seria multado caso não concluísse. Como não concluiu, Sr^a Luciana foi lá ao TCE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

conversou e eles colocaram “você em nome do Sindicato nos protocole, nos provoque para que nós, então, adieemos para 30 de junho”, nós protocolamos e pedimos o prazo que eles dizem que não tem mais jeito.

Então, chegando 30 de junho, o que vai acontecer? O Município vai ser penalizado sim, a penalidade é que as contas dele de 2016 não serão aprovadas, não serão aprovadas enquanto não resolver, e os Agentes... Terá que ser feito um novo concurso para todo mundo, para poder recomeçar, essa é a penalidade, para lá e para cá. As contas do gestor não serão aprovadas, a de 2016.

Não serão aprovadas pelo TCE, então teremos até 30 de junho, essa a realidade. Temos que correr contra o tempo? Sim, até 30 junho e nós vamos sim trabalhar, mais o Dr. Cláudio, trabalhando para que enviemos para cada Município um projeto, nós vamos mandar o projeto com o passo a passo, detalhadinho, picadinho, por miúdo para que eles façam e vamos juntos.

Eu acredito que já pronto no TCE... A Dr^a Luciana pediu para o TCE que nos entregasse uma nota de esclarecimento para que nós protocolássemos, é isso que iremos fazer, colocar uma nota de esclarecimento para os Municípios para que seja resolvido esse problema.

Está respondido, Evanilda?

(A SR^a EVANILDA QUESTIONA A SR^a DINORÁ FORA DO MICROFONE – INAÚDÍVEL.)

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO – Sim, aqui já está o Secretário de Saúde, está aqui, não está? Está aqui.

O Secretário de Saúde deve sair daqui já afiado e afinado para falar com o Prefeito e o jurídico do Município, já direito sentar com eles, o jurídico do Município vai sentar e vai fazer. Vai pegar a lei que foi feita para a CLT, vai pegar essa lei e vai refazê-la, tirando de CLT, transformando-a. Uma vez que está na Resolução 19, ele vai usar a 11.350, vai usar a Resolução nº 19, vai usar a Normativa 29, vai usar a 12.994, que está lá dizendo que não pode ser temporário, que tem que ser estatutário.

Então, ele vai juntar toda a legislação, que nos pertence, e dentro dessa legislação vai pegar um outro artigo que existe na lei cinco mil e não sei quantos. Eu só sei dizer que ele vai juntar tudo isso, trocar essa CLT e colocar, então, no estatutário. É preciso fazer esses procedimentos. Ele fez um projeto de lei? Fez. Agora, ele vai fazer o quê? O Prefeito vai criar a Portaria e vai montar a Comissão de Certificação, que não foi feita, anterior a 14 de fevereiro. Vai certificar um por um, vai publicar na AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios ou no *Diário de Contas* essa certificação. Correto? Publicou, ele vai homologar no Tribunal de Contas para, então, vocês serem estatutários. Entenderam? Ele vai fazer esse processo.

Tirei a sua dúvida? Ok! (PALMAS)

O SR. VALTENIR PEREIRA - Sobre a questão da terceirização que foi levantada aqui, houve a aprovação, houve a sanção da terceirização. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias têm uma legislação própria, que é a Lei 11.350 e lá está, no art. 16 - vocês podem verificar - é vedada a terceirização de agente comunitário de saúde e agente comunitário de combate às endemias. A própria Emenda Constitucional nº 51 é muito clara: o vínculo será direto com os Estados e Municípios. Com o agente comunitário de saúde e agente comunitário de combate às endemias, o vínculo é direto, é direto com os Estados e Municípios.

Então, esqueçam! Terceirização para Agente Comunitário de Saúde e Agente Comunitário de Combate às Endemias não existe. É conversa para boi dormir. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Na sequência, aproveitando o Deputado Valtenir Pereira, que daqui a pouco vai ter que se ausentar, se houver uma pergunta específica, aproveitando ainda o Deputado...

A SR^a ILDA APARECIDA PAIVA DA SILVA - Boa tarde a todos!

Eu sou Ilda Aparecida Paiva da Silva, da cidade de Sinop, é um prazer estar aqui, participando com todos vocês. A minha pergunta vai para o nosso Deputado Federal Valtenir Pereira.

Deputado, na questão da flexibilidade do horário do nosso trabalho, quais são os trabalhos que vocês estão vendo? Por exemplo, em Sinop, já teve uma indicação dos Vereadores para o Poder Executivo, pelo menos nos meses em que o sol está mais quente, para que nós façamos um horário mais flexível. E eles dizem que, como na lei não tem, eles pensam num Decreto, mas não há legalidade.

O que a Frente Parlamentar está trabalhando a nosso favor, tanto para as ACES - Agente de Combate às Endemias, como a ACS - Agente Comunitário de Saúde?

Obrigada!

O SR. VALTENIR PEREIRA - Ótimo! Podem bater palmas (PALMAS)

É o seguinte, uma pergunta muito importante, principalmente para Mato Grosso, imagina o sol de onze horas, o sol das duas da tarde, das quinze horas, estou colocando assim, não estou falando meio-dia e nem uma hora, estou falando de dez em diante, até as 15h.

Então, inclusive, essa indicação de Sinop, pega uma cópia e traz para mim no dia 28 como sugestão, e aproveita também lá para podermos trazer.

Deixa-me explicar uma coisa, legislar para agente comunitário de saúde e para agente de combates às endemias é uma legislação concorrente, não é porque não tem na lei federal, “ah não, eu só poderia fazer isso se estivesse na lei federal”, não! O município pode legislar pelas suas especificidades, mas tem que ter a lei municipal, a lei municipal vai produzir efeito no município. Pode também surgir uma lei estadual, claro que não tão específica, com especificidade, mas com tratamento geral, digamos assim, dando o norte para que as legislações municipais sejam confeccionadas de acordo com aquelas regras, de igual modo, as regras federais.

Então, a norma federal vai traçar parâmetros, no caso, nós não vamos dizer no projeto, por exemplo, no termo do projeto: é facultado trabalhar de 10h às 15h, com a devida compensação. Não. Nós vamos dizer o seguinte: de acordo com as exigências do local, porque tem local que chove, tem período que é chuvoso. Então, nós temos que combinar uma redação que deixe bem claro que, havendo compensação em outro momento, você possa fazer um horário especial de atendimento à população.

Então, vamos construir isso, foi uma ótima ideia e é a oportunidade que nós temos agora, com a Relatoria na mão, de poder colocar situações como essa.

Também tem a questão, que está sendo debatida, e vocês analisam, a questão da microárea. Você que está morando hoje na área de abrangência do PSF, é contemplado com uma casa em outra região. E aí, eu fico entre perder o serviço e ganhar moradia ou ficar sem moradia e continuar com o serviço.

Também, nessas Audiências Públicas, nós estamos identificando essas questões. Agora, nós precisamos fazer, de um modo que - vamos dizer assim - você possa ir para a comunidade que você vai morar. Porque, também, você não pode ficar morando, por exemplo, lá perto da ponte e trabalhando aqui. Que vínculo que você tem com a comunidade? Tem alguém que está com pressão alta, com problema? Você passou lá, teve queixa, você fica monitorando, mesmo lá

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

da sua casa. Quando está perto, é fácil, agora, e se você está lá do outro lado da cidade, se você mora na Cohab, lá perto do Instituto Federal, IFMT de Cáceres, e vem trabalhar aqui na UNEMAT? À noite, se tem uma intercorrência, eles vão procurar quem? Então, realmente tem que compatibilizar isso, de forma que você não perca o trabalho, há uma mobilidade nisso e aí nós vamos construir também. Então, pensem nisso para colocarmos no Projeto de Lei.

Combinado?

Tem mais alguém que queira me fazer alguma pergunta?

A SR^a DEUSI GOMES DE SOUZA - Eu sou Deusi Gomes de Souza, sou do Município de Rio Branco

Eu gostaria de saber se a lei ampara quem é de 2006 para trás, no caso, nós que somos de 2007 para cá, não tem nada que nos ampare?

O SR. VALTENIR PEREIRA - Tem, tem, tem.

Olha aqui, se pegarmos a Emenda Constitucional 51, ela diz o seguinte: “A partir de 14 de fevereiro, o vínculo é direto com o Poder Público.”. *O.K!* Esse vínculo será estabelecido por meio de um processo seletivo público. *O.K!* E o que aconteceu? Entrou em vigor, os prefeitos não fizeram a Comissão Especial de Certificação, continuaram fazendo os seletivos e contratando temporariamente. E o que acontece? Não importa o modelo que ele fez. Se você disputou a vaga; se você foi lá e se inscreveu, tiveram dez vagas e 100 concorrentes, 150 concorrentes e você foi um dos dez classificados, tomou posse e está trabalhando, você que fez, também, a partir de 14 de fevereiro a seleção, que disputou a vaga, está amparada pela Lei 11.350 e pela Emenda Constitucional nº 51, porque é assim que determina.

Então, o que aconteceu, ao entrar em vigor, em 14 de fevereiro, ele resgatou quem fez seleção pública, quem disputou a vaga lá atrás e disse: a partir de hoje todos têm que ser contratados a partir de uma disputa da vaga.

Está entendendo de forma bem clara?

A SR^a DEUSI GOMES DE SOUZA – Sim! E no meu caso?

O SR. VALTENIR PEREIRA - Então, no seu caso...

A SR^a DEUSI GOMES DE SOUZA - Eu entrei em 03 de dezembro de 2007, mas eu passei pelo seletivo.

O SR VALTENIR PEREIRA – Sim, está valendo! Você está amparada pela Emenda Constitucional nº 51, § 4º do art. 198. Por quê? Mesmo que o prefeito tenha adotado como contratação temporária não tem problema, porque esse dispositivo contrariou a Constituição. Por ter contrariado a Constituição ele é nulo de pleno direito. Agora, é claro que ou se declara por meio de um ato administrativo ou se declara por meio de um ato judicial, de uma decisão judicial.

Mas você está amparada e na minha opinião, vamos dizer assim, obedeceu a Constituição. Os outros antes de 14 de fevereiro foram convalidados. Tiveram seus processos seletivos, suas contratações convalidadas pela Emenda Constitucional nº 51, lá no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51. Então, você está beleza. Agora, precisamos o quê? Fazer isso se transformar em um ato administrativo. É o que você precisa. Você precisa de uma certidão, de um documento, de uma lei dizendo: criei o cargo... Uma portaria dizendo: neste cargo...

Como é seu nome?

A SR^a DEUSI GOMES DE SOUZA - Deusi.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Como?

A SR^a DEUSI GOMES DE SOUZA - Deusi.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

O SR. VALTENIR PEREIRA -...a Deusi é Agente Comunitária de Saúde do município. Está aqui! Está aqui o cargo dela. Ela está preenchendo este cargo. Está aqui a portaria dizendo. Você está entendendo?

E dizendo o seguinte: olha, ela exerce essa função desde 2007?

A SRª DEUSI GOMES DE SOUZA – Isso! Desde 03 de dezembro de 2007.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Que dia de dezembro?

A SRª DEUSI GOMES DE SOUZA – Dia 03 de dezembro de 2007.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Desde 03 de dezembro de 2007 que ela é Agente Comunitária de Saúde. Então, é isso!

O negócio é decisão política. Não vai aumentar despesa nenhuma para o município. É só querer. É vontade política.

Mais uma pergunta?

A SRª CILEIDE PEREIRA LOURDES DE LAET – Boa tarde!

O meu nome é Cileide. Sou de Lambari d'Oeste.

Tivemos um problema muito sério em Lambari d'Oeste ano passado: foi feita uma seletiva, irregularmente, e as nossas colegas que eram antes, de 2006 que é a minha época, tudo bem não preciso correr atrás, só falta me efetivar e as outras sete, o restante, de 2009, perdeu, porque teve uma seletiva no dia 27 de novembro, depois da política. Essa política passou, a Prefeita fez, deu o parecer quem tinha passado. Eu fiz parte, ajudei no dia do concurso, tudo certinho, mas a Comissão estava toda irregular. Quem passou só foi o secretariado dela e até hoje as nossas Agentes estão aí. Uma está desesperada, porque tem conta para pagar, tem filho doente e nós estamos sem nenhum parecer até hoje.

A nossa amiga Dinorá Magalhães esteve em Lambari d'Oeste e já sentamos com o Prefeito para fazer esse documento para que essas meninas tomem os seus lugares certos, mas até agora não tivemos nenhum retorno disso.

Então, Dinorá Magalhães, nós precisamos da senhora novamente em Lambari d'Oeste.

Na segunda-feira passada, estive com o Vice-Prefeito e com o advogado da Prefeitura para elaborarmos esse documento, porque o concurso lá foi irregular. Todos viram quem passou. E as nossas colegas não correm atrás por quê? Porque falta coragem. Agora, nos unimos em equipe para correremos atrás, porque eu não acho certo elas perderem a vaga, porque são oito anos trabalhados, Deputado, e não são oito dias, não. Há quem tenha oito anos, outras que têm dez anos. Eu acho que tem que dar uma força para Lambari d'Oeste.

Era isso que eu precisava falar. (PALMAS)

O SR. VALTENIR PEREIRA – Respondendo essa questão não vamos entrar no mérito da questão da irregularidade do certame. Eu acredito que nesse caso deve-se procurar o Ministério Público para ele tomar as providências.

Agora, com relação a quem fez de 2007 para cá e foi desligado, foi desligado equivocadamente, erradamente, sem nenhum amparo legal, porque a Emenda Constitucional nº 51 disse: “A partir da entrada em vigor, o vínculo será direito e por meio de processo seletivo público.”. Então, se elas sentaram numa cadeira, ficaram lá por duas, três horas, de acordo com as regras do edital, disputaram a vaga, várias pessoas, também, foram lá disputar e não passaram, elas passaram, estavam trabalhando e foram desligadas, elas têm direito a serem reintegradas ao serviço.

A Secretária Lurdinha, do Município de Lambari d'Oeste, está aqui e vocês terão que fazer uma ginástica, inclusive, dentro das necessidades do município, porque terá que reintegrar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

essas agentes comunitárias de saúde que foram desligadas por conta desse novo processo seletivo, porque está assegurado. O prefeito que achar que vai colocar agentes comunitários para fora para colocar outros, vai inchar a folha, porque a Constituição ampara, a Lei 11.350, ampara. Está entendendo? É entrar na Justiça que ganha.

Mas tenho certeza que no campo político a Frente Parlamentar Nacional, a Frente Parlamentar Estadual e o Sindicato têm forças para convencer o Prefeito e a nossa Secretária que estão aqui a acolher, a readmitir, a reintegrar esse grupo de agentes comunitários de saúde que, infelizmente, tiveram esse reverso.

Mas é tranqüilo! Vamos trabalhar que nós conseguimos avançar.

(PARTICIPANTE DA PLÁTEIA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDIVEL.)

O SR. VALTENIR PEREIRA - Não, nós marcaremos uma audiência com o Conselheiro Antônio Joaquim, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Vamos marcar agenda, também, com Prefeito Edivaldo, com o Sindicato e as Frentes Parlamentares.

Vamos fazer essa conversa já esta semana, Deputado. Vamos fazer contato. A Lurdinha está aqui, também, que é a Secretária, para agilizar o mais rápido possível, porque os companheiros estão em situação de sustento, de risco de sustento.

Então, isso requer urgência urgentíssima, companheira Dinorá.

O Deputado Valtenir Pereira, terá que sair...

(PARTICIPANTE DA SOLICITA A PALAVRA AO PRESIDENTE FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - É específico para o Deputado?

É a última pergunta para o Deputado Valtenir Pereira, dando continuidade, temos lista aqui e o Deputado tem que ir. Temos uma sequência para fazer e tem perguntas chegando para a Secretária Sandra de Mirassol d'Oeste.

O SR. ÉDER FRANCISCO DA SILVA - Boa tarde!

Sou Éder Francisco da Silva, de Lambari d'Oeste.

Quero só complementar o que a colega colocou aqui.

Nós fizemos um processo seletivo em Lambari d'Oeste, no ano de 2009, e tivemos colegas que já estavam trabalhando há quase dez anos sem passar pelo processo seletivo. Foram mandados embora e, graças ao Sindicato, tiveram que reintegrá-los e fazer o processo seletivo para regularizar. Este ano eu também fiz, todos nós estudamos e passamos nesse processo seletivo. Só que quem fez o processo seletivo publicou só no mural do município e não publicou no *Diário Oficial*.

A gestão agora acabou de fazer um novo processo seletivo para demitir todos nós que fizemos em 2009, porque não foi publicado e está dizendo que não tem validade o nosso processo seletivo. Entendeu?

O SR. VALTENIR PEREIRA – Eu vou fazer uma pergunta aqui: quem de vocês lê *Diário Oficial*? Levante a mão. Todo dia.

Dentro desse rigor: “Ah, porque não publicou no *Diário Oficial* que ia ter seleção”. Processo seletivo público não tem validade. Se você afixou no mural, até porque você contrata para a área de abrangência do PSF... Quando você aporta ali no mural do PSF dá muito mais publicidade do que a divulgação no *Diário Oficial*. Está entendendo?

Eu lembro que entrei com algumas ações como Defensor Público, a pessoa passou no concurso e foi chamá-la. Sabem como? Publicaram no *Diário Oficial* chamando a pessoa!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Publicou no *Diário Oficial*, passaram-se trinta dias lá e ela não apareceu para tomar posse. Chamou o segundo; publicou do segundo, demorou trinta dias, publicou do terceiro e do quarto, daí a pouco veio todo mundo atrás. Entrei com uma ação e nós conseguimos fazer com que a pessoa tomasse posse. Por quê? Porque esse não é um meio – vamos dizer assim – de você informar as pessoas, é um meio de você dar publicidade no geral, em uma formalidade que é exigida.

Então, a divulgação no mural do PFS tem muito mais eficácia, muito mais eficiência, até porque a modalidade de contratação é para a área de abrangência do PFS.

Quando eu estou publicando no *Diário Oficial*, eu estou querendo dizer que Cáceres precisa saber que tem um processo seletivo público lá em Lambari d'Oeste; estou querendo dizer que Sinop precisa saber que lá em Lambari d'Oeste tem um processo seletivo aberto. E para essas pessoas aqui de Cáceres e de Sinop, no nosso exemplo, pouco importa o processo seletivo, porque ela nem mora lá.

Então, foi dado publicidade para quem deveria saber mesmo, que são as pessoas da área de abrangência do PSF.

O SR. ÉDER FRANCISCO DA SILVA - Só que o Tribunal de Contas não entendeu dessa maneira e nós estamos correndo o risco de ser penalizados enquanto a administração já fez outro processo seletivo. Inclusive, nós entramos na justiça, senão já estaríamos na rua. E a briga continua.

O SR. VALTENIR PEREIRA - Nós vamos marcar essa audiência no Tribunal de Conta do Estado com conselheiro Antônio Joaquim, que é o Presidente, para encaminhar essas questões.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. VALTENIR PEREIRA – Pessoal, eu preciso me retirar.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. VALTENIR PEREIRA - Dia 28.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Então, no dia 28 de abril, na Assembleia Legislativa, vamos ter mais tempo, oportunizar esta Audiência nossa com o nosso Relator.

Posso liberar o Deputado, Domingos?

O SR. DOMINGOS ANTUNES - Só um pouquinho.

Meu nome é Domingos Antunes. Eu faço parte do SINTRACE Mato Grosso, trabalho junto com a Dinorá Magalhães.

Diante da Frente Parlamentar Federal, com o Deputado Valtenir Pereira, que muito tem lutado; a Frente Parlamentar do Estado de Mato Grosso, o Deputado Dr. Leonardo e assessoria, eu quero deixar registrado sobre essa data no Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas é conivente com todos esses erros.

Então, eu quero que seja já marcada essa data com o Tribunal de Contas, Deputado Dr. Leonardo e Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA - Nós vamos pedir lá a agenda e alinhar. Vamos todos juntos, a Frente Parlamentar Nacional, a Frente Parlamentar Estadual e o Sindicato.

No dia 28 eu prometo que vai começar às 14h e só vou embora depois que o último agente for embora. Eu vou ficar por ultimo para fechar a porta da Assembleia Legislativa (PALMAS)

Grande abraço a todos vocês! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Deputado, boa viagem. Vá com Deus!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Acabaram de chegar aqui algumas perguntas para a Secretária Sandra, de Mirassol d'Oeste.

Secretária, eu vou sintetizar aqui:

“Eu gostaria que a Secretária Sandra nos explicasse como nós, Agentes, fomos efetivados se não assinamos Termo de Posse”. Esse questionamento é em relação ao Município de Mirassol d'Oeste.

Mais um questionamento: “Quem passou para efetivo tem que passar pelo período probatório”? A pessoa trabalha há dez anos aqui em Mirassol d'Oeste.

E a última eu passo para a senhora: “Os Agentes Comunitários de Saúde-ACS e os Agentes de Combate às Endemias-ACE foram realmente efetivados no Município de Mirassol d'Oeste? Que método foi usado para que isso acontecesse?”

Eu passo essas perguntas à Secretária Sandra.

A SR^a SANDRA DENIS HORN DA CRUZ - Primeiramente, boa tarde!

Eu quero que as pessoas de Mirassol d'Oeste se coloquem em pé para que todos conheçam a minha turma. Por favor!

Uma salva de palmas a todos (PALMAS).

Muito obrigada!

São eles que fazem a diferença em Mirassol d'Oeste.

Quantas dificuldades, quantos recursos para trabalharmos e quantas burocracias também, mas estamos aqui para tentar resolver. Ainda bem que estamos aqui reunidos para isso.

Mirassol d'Oeste, no ano passado, deu um grande salto com o Prefeito Elias, porque ele efetivou os nossos Agentes. Eles estão em estágio probatório, sim, mas são hoje membros do quadro da Prefeitura. Isso é fato real.

Nós temos também alguns Agentes de Saúde que ainda não são credenciados das três unidades novas. Então, não entra no quadro desses que são efetivos. Não sei se essa pergunta seria para eles, da nossa empresa.

Mas, os que realmente foram efetivados no final do ano passado, hoje, fazem parte, sim, do quadro da Prefeitura. Já são funcionários nossos. Então, responde essa pergunta. São efetivos, sim...

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Inclusive, só para ajudar, Mirassol d'Oeste já está no Tribunal de Contas.

A SR^a SANDRA DENIS HORN DA CRUZ – Sim.

Gostaria de saber se quem passou para efetivo tem que passar pelo período probatório após trabalho de dez anos?

Foi um trabalho muito discutido com a Câmara, depois de muita discussão teve esse consenso de que realmente teria que passar pelo estágio probatório. É uma das pontes dessa efetivação.

“Eu gostaria de saber se nós Agentes somos efetivos de verdade?”

Vocês são efetivos sim. Teve a posse no final do ano passado e vocês são efetivos em Mirassol d'Oeste. Tirando a empresa terceirizada, que são das unidades que ainda não estão credenciadas, que é pela nossa empresa Iso Brasil, os que trabalharam mais de dez anos são efetivos em Mirassol d'Oeste sim.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Mas uma pergunta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Só um pouquinho, Evanilda, para respeitarmos aqui também, senão vamos ficar nessa e eu tenho uma sequência aqui. Vamos aproveitar este momento e depois voltamos para a Sandra.

Tem muita gente registrada faz tempo e quero garantir a fala, qualquer coisa voltamos para lá e se inscreve de novo, senão quem está aqui desde o começo e não falou ainda.

Aproveitamos aquele momento que o Deputado Valtenir Pereira estava aqui porque ele ia embora, mas agora vamos seguir os trâmite para dar oportunidade para todo mundo falar.

Pergunta: “quais os meios que devemos usar para acesso aos valores que são repassados aos programas de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate Endemias nos municípios?”.

Dr. Carlos, o senhor quer responder?

O SR. CARLOS EDUARDO - A pergunta é a seguinte: “quais são os meios que devemos usar para termos acessos aos valores que são repassados ao programa de Agentes a ACEs e ACE aos municípios?”

No *site* do Ministério da Saúde, gente!

É simples, é de fácil manuseio, entrem lá no Ministério da Saúde que tem todos os valores e não tem nem como os gestores falarem que não estão chegando aos municípios.

É só começar a acessar a ferramenta. Você pode baixar pelo seu município, item por item, qual o valor repassado. Não tem como o gestor falar que não está chegando ao município. Certo?

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Vamos seguir a sequência de inscrições.

Com a palavra, Devanil Francisco, Agente de Saúde de Lambari d'Oeste. (AUSENTE) Já foi. Ótimo!

Com a palavra, Joana Conceição de Figueiredo, Agente de Combate Endemias de Cáceres.

A SR^a JOANA CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO - Boa tarde a todos e todas.

Sejam todos bem vindos à cidade de Cáceres.

Este momento de termos todos os ACS e ACE reunidos em busca dos nossos direitos, tendo em vista que a situação é parecida em quase todas as cidades de Mato Grosso, é ímpar.

Estamos aqui tentando a valorização, porque os Agentes, tanto os ACE quanto ao ACS, são peças fundamentais na gestão, mas infelizmente não estamos sendo valorizados e respeitados.

Nós fazemos papel de psicólogo, de amigo e de várias outras atividades e não somos reconhecidos.

Então, o momento é ímpar e parabenizo todos e todas que estão presentes aqui, dizendo que a luta é por aí mesmo. Só com luta vamos conseguir vencer.

Nós juntos somos mais fortes, porque nós somos muitos. Os gestores passam, vem e vão, e nós ficamos, somos patrimônios do município.

Eu acho que a nossa luta vale a pena. De agora para frente vamos lutar cada vez mais para que possamos ser respeitados.

Eu quero falar para o Deputado Dr. Leonardo, que é psiquiatra, que nós, Agentes de Saúde, acho que na cidade de vocês também, a maioria está com problema de depressão. Então,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

tem que ter uma política voltada para isso. A maioria está depressiva porque saem todos os dias cedo para trabalhar e os salários não são valorizados. Nós ganhamos muito pouco. Então, a pessoa adoce. É só trabalhar, trabalhar, trabalhar, só problema. Então, eu quero pedir ao senhor que veja em nível estadual se pode fazer alguma coisa com relação a isso.

Aqui na cidade de Cáceres tanto os ACE quanto os ACS estão com problema depressivo.

Como é que nós vamos prestar serviço para a população se a maioria está doente? Essa doença leva ao estresse.

Eu sou de 05 de agosto de 2001, estou há bastante tempo aqui, estou por opção, eu gosto, escolhi ser Agente de Saúde, só que eu gostaria que acontecesse a valorização.

Somos peças fundamentais à gestão só que principalmente eu vejo pela minha cidade que não temos essa valorização que precisamos. Nós somos mão de obra qualificada. Aqui tem biólogos, pedagogos, letrados, pessoas que tem mestrado e até doutorado. Estamos aqui porque gostamos da profissão. Então, teríamos que ser valorizados.

Eu quero aqui parabenizar a Dr^a Denise, o Marcos Molina e o Carlos Eduardo, da Assembleia Legislativa.

Estamos há um tempo muito tristes, pelo muito descaso e falta de credibilidade e a Dr^a Denise veio com o curso, levantou a nossa autoestima, mostrando-nos a importância de sermos Agentes, porque nós que estamos aqui na ponta estamos sofrendo, imaginem a população que está lá na base, que não tem um remédio, que não tem um pronto-socorro, que não tem hospitais.

Então, eu acho que isso é um adoecimento nosso, porque nós vivemos o dia a dia e chegamos em casas em que a pessoa não tem condições mínima de comprar um dipirona, de comprar um alimento e nós vamos absorvendo tudo isso porque nós não podemos fazer.

Quero deixar isso bem claro para que os gestores fiquem atentos, tanto na esfera estadual, municipal como federal, porque nós somos os ouvidos e olhos da população e a população não está contente com a gestão que está tendo.

Eu espero que depois deste momento ímpar e importante para nós e para toda a região Oeste saíamos daqui com os gestores que estão aqui pensando: “eu vou sair na frente, vou resolver os problemas desses Agentes de Saúde, porque são peças fundamentais”.

Peço que nos olhem com mais respeito, com mais valorização, porque nós somos o Secretário, somos o Deputados, nós os representamos de casa em casa. Então, temos que ficar muito bem para representá-los, porque por enquanto não estamos em condições para representar o gestor local, municipal e federal.

Então, eu gostaria que o Secretário de Estado de Saúde, que está aqui, e a Coordenadora, que é uma Agente de Saúde se debruçasse e se empenhasse para resolver a nossa questão dos ACEs e ACSs.

Também quero dizer aqui, como o Deputado Valtenir Pereira disse, para que os que entraram depois da lei fiquem seguros, porque se vocês estão irregulares não é por culpa de vocês, é por culpa da gestão e daqui para frente temos que nos unir em nível municipal, em nível estadual e quiçá até em nível federal para tentar resolver nosso problema, porque nós juntos somos mais fortes e os gestores sabem disso.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço a Joana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

O compromisso que estamos fazendo aqui com o Secretário Roger é o de passar toda a lei, Nova Mutum fez agora, o Secretário já se comprometeu a se debruçar e estudar junto, Dr. Carlos, e passar todas as decisões.

A Frente Parlamentar estará disponibilizando ao Secretário o modelo que foi feito, vai fazer o mais rápido possível para chegarmos a um entendimento aqui em Cáceres.

Esse é o compromisso da gestão municipal e nós agradecemos, Prefeito Francis e Secretário Roger.

Nós temos alguns projetos que a dona Dinorá acompanhou, o Sindicato, o Domingos também, no começo deste mandato, alguns projetos de leis que apresentamos no Estado. Já prevemos o piso salarial estadual em consonância com o federal, nós temos vários adesivos que vocês estão vendo que nós estamos apoiando o piso federal, depois eu vou passar para o Dr. Carlos, eu quero agradecer a senhora porque não tem um projeto, não tinha, sobre a saúde do Agente Comunitário de Saúde e de Combate à Endemia, isso é importante. Têm alguns trabalhos que estão sendo vistos em relação à saúde do professor, que a questão psiquiátrica também está em primeiro lugar. Eu sou pós-graduado em psiquiatria, trabalho na área, já tem alguns anos que trabalhei no CAPS, pude fazer essa pós-graduação em Goiânia. Vamos trabalhar especificamente, porque é difícil, nós vamos entrar nas casas, lidar com a doença dos outros e às vezes nós estamos nas nossas próprias casas com problemas, ou nós mesmos, e aquelas famílias com situações diversas ou envolvidos na droga, no álcool ou sem condições financeiras para comprar alimentos, ou não tem condições de comprar medicação e querendo ou não, nos envolvemos por estarmos no dia a dia, frequentamos as casas, vai ali, levamos esperança, levamos a palavra para que eles desabafem conosco. Eu estava vendo uma situação com o esposo, com a esposa, com os filhos, ou que não tem condições. Quantas vezes nós nos juntamos lá para comprar alguma coisa para alguém, um gás, comprar uma cesta básica ou levar na unidade para comer? Porque, às vezes, a pessoa não tinha dinheiro para tomar uma medicação. Quantas e quantas... Nós nos envolvemos, é o amor que temos pela profissão. Isso é incrível e o quanto isso mexe conosco. E às vezes, como profissionais de saúde, não temos o suporte emocional, é necessário o apoio psicológico. A angústia que dá, a sensação de impotência de você ir a uma casa e não ter alimento, você chamar... E não termos condições de ajudar mais do que podemos. Eu entendo isso, é a minha área de atuação.

Muito obrigado, nós vamos debruçar agora sobre um projeto de lei que verifique isso, um suporte, sim, para as equipes. Às vezes, um médico acha que ele, eu posso falar pela minha profissão, não tem que se envolver, que tem que ser frio, e aprendi lá atrás, quando eu era estudante, com o Dr. Roberto Kazan, que disse: “Leonardo, quanto mais você se envolver, mais você sentir, mais você chorar, melhor profissional você vai ser. Porque você se envolve, vai querer correr atrás, vai querer resolver o problema de verdade.”

Eu olhei para a Dr^a Denise, porque ela é Coordenadora do Curso de Medicina e nós, do curso de medicina, geralmente, o clássico, querem ensinar o contrário. Por isso que eu falo que tem que sensibilizar os nossos alunos para serem mais humanos, mais sensíveis, mais emotivos, envolverem-se mais com a questão, porque tem o adoecimento do corpo e tem o adoecimento da psique, nem sempre ao mesmo tempo, a pessoa não adocece ao mesmo tempo, a patologia e a doença que corresponde ao mesmo tempo mental vou colocar assim, meio fácil.

Obrigado. Com a palavra o Secretário e depois o Dr. Carlos.

O SR. ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA - Joana? Joana muito boa a sua fala, estava até comentando com Deputado Dr. Leonardo, em *off*, estava fazendo as contas por cima, o salário de vocês, se fosse acompanhar a inflação, estaria algo em torno de mil e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

quatrocentos reais, então é uma diferença muito grande, é quase um terço que teria para ser o valor, então, isso faz diferença no orçamento familiar, porque todo mundo vai ao mercado e sabe quanto custa uma ida ao mercado.

Então, às vezes recebemos críticas enquanto gestão, nós entendemos a santificação, só que os senhores e as senhoras se lembram, quando nós assumimos tinham vários repasses atrasados, foi uma briga, o Eliésio está do seu lado, fez articulação junto representando a categoria conseguimos colocar as repasses e o incentivos em dias.

Vou falar uma coisa para vocês, é do total interesse da gestão contratar esse números de déficit que está em quase cento e cinquenta agentes. Porque, Cáceres, no início da gestão do Prefeito Francis, em 2013, tinha algo em torno de 33% de cobertura, Deputado Dr. Leonardo, atenção básica, a mais baixa da nossa região oeste dois Municípios, não é Sandra, isso foi motivo de muita cobrança do próprio fórum regional, a Flávia está ali, que é uma batalhadora da atenção básica, dá o suporte para nós. Então, é fácil, com muito custo, com a construção das unidades básicas que a cidade recebeu, ano passado recurso de convênio de 2008, 2009, que estavam praticamente perdidos, foram duas UBS novas padrão Ministério da Saúde, cada uma avaliada em mais de um milhão de reais, e mais com a reforma e ampliação do Jardim Paraíso, em torno de oitocentos mil.

Então, primeiro estruturar, eu ia a todos os PSF e a reclamação era a mesma, “nós não temos estrutura, nós não temos computador, nós precisamos comprar café, precisamos pagar a luz...” era geral. Então, precisamos resolver a parte estrutural e a parte de compras.

Hoje, a Secretaria de Estado de Saúde tem um departamento de compras que não deixa faltar insumo nas unidades, foram reformadas, duzentos e poucos mil para reformar o PSF, para dar uma estrutura melhor de trabalho. Enfim, é do nosso interesse aumentar essa cobertura.

Acabamos de voltar de Brasília, com a autorização para mais cinco habilitações de PSF. Então, vamos precisar urgentemente desses Agentes Comunitários de Saúde, até porque temos duas unidades de PSF hoje que são custeados com recursos próprios da prefeitura, por falta de Agente Comunitário de Saúde. E nós precisamos aumentar a nossa cobertura de atenção básica porque é prioridade para essa segunda gestão.

Nós já fechamos 31 de dezembro de 2006 com 50%, 50,6%, já foi um grande salto, nós saímos de 33% para 50,6%. Estamos projetando, com essas habilitações, já fechar 2017 com 80% de cobertura, aí entra no patamar, na média do Estado.

Então, é prioridade, sim, da gestão, eu já estava conversado com o Deputado Dr. Leonardo aqui em *off*, vamos ter acesso a esse material de Nova Mutum para junto com a Evanilda, que é a Coordenadora, que tem esse conhecimento técnico, até porque há muitos anos já é Agente de Combate às Endemias, vemos que os nossos Agentes farão vinte anos já, já. Então, vemos que são dez, quinze, vinte e realmente, nos colocando no lugar de vocês, eu não sei o que eu faria se eu faria se eu tivesse com o meu salário defasado por quatro anos. Realmente seria uma situação muito complicada. Nós, enquanto gestão, entendemos isso e você pode ter certeza que o que estiver ao nosso alcance, como a Evanilda bem falou, não é simplesmente dar uma canetada ou falta de vontade, nós temos que ter uma regulamentação para botar em prática uma lei que já existe lá...

(O SR. CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 16H57MIN.)

O SR. ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA – Então, esse movimento da Frente Parlamentar, eu acho que é perfeito, porque nós precisamos dessa regulamentação. Não é, Doutor? Até para não sermos punidos pelo Tribunal de Contas em nível

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

municipal. Então, temos que fazer, sim, mas temos que fazer com responsabilidade. E se for fazer com responsabilidade, vocês podem contar conosco. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS) - O Deputado teve que se ausentar por alguns instantes.

Complementando o que a Joana falou, dentro dos nossos estudos parlamentares, depois de muitos, eu não vou falar denúncia, mas de alguns depoimentos interessantes que nós recebemos no interior, nós começamos a fazer um estudo e o grande problema de vocês é que vocês não têm segurança nenhuma. Ouvimos, por exemplo, do interior, Agente de Saúde que forai arrastado por uma vaca, que caiu dentro de um esgoto, houve um aqui, Agente de Saúde que sofreu tentativa de assédios, de estupro, de ameaças.

Então, assim, o que a Frente Parlamentar objetiva é justamente chegar a esse ponto, eu sempre tenho colocado, nessas andanças pelo interior, que não adianta nós assegurarmos só a questão que amanhã ou depois... Concurso público não garante vida boa para ninguém, nós temos em Mato Grosso índice altíssimo de suicídios de pessoas que ganham cinco, dez, vinte mil e são concursados, estabilidade não leva a nada, não levada a nada! O que tem que dar é condições de trabalho melhor e digno, é isso que a Frente Parlamentar tem tentado fazer.

O que nós temos tentado buscar, você vai ganhar bem, mas você tem que ter também uma garantia, outros meios, por exemplo, quem vai cuidar do seu filho, de seu marido, de sua mulher, tem alguma espécie de seguro? Não tem.

Então, a Frente Parlamentar está buscando uma espécie, não há nada definido, de seguro a vocês, por exemplo, morte, não há dinheiro que cobre, seja um milhão de reais, não vai cobrir. Então, há um estudo nesse sentido, Joana, para que, quem sabe, vocês sejam assegurados, certo.

“Ah, pode ser feito algum tipo de estudo”, por exemplo, vocês respondem como psicólogo, como padre, como pastor, vocês têm mais credibilidade, por exemplo, do que um advogado dentro de uma família, vocês têm mais credibilidade que um médico que estava sentado aqui. Certo.

Mas qual a garantia que vocês que estão vinte quatro horas ligados com o pessoal que vocês atendem, que garantia que vocês têm? A mulher que liga e fala que o marido está começando tomar viagra, é a mulher que liga e fala qual o salão que ela deve fazer o cabelo e a mulher que liga e pergunta qual mercado está em promoção. Tudo isso vocês ouvem, não ouvem? A vizinha está andando com o marido dela... São vinte quatro horas, ainda com esse tal de *WhatsApp*, não há cristão que aguente, e aí como é que fica a cabeça?

Então, a Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários e Combate às Endemias, busca isso também. Entendeu? Então, nós temos essa situação dentro da Frente Parlamentar como estudo. Só para complementar a sua pergunta.

Eu vou passar a palavra, para efetuar a sua pergunta, ao Sr. Adeilson José da Rocha.

O SR. ADEILSON JOSÉ DA ROCHA (PEDACINHO) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu acho isso importante para debatermos, mas para mim só vai ser importante mesmo no dia que isso valer de verdade, que essas leis se concretizarem.

Essa é uma luta que a Dinorá tem há anos, tem sequela desse trabalho, carrega isso na pele.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Eu estava conversando com o filho dela antes de começar a Audiência Pública e ele falou que não entendia porque a mãe dele continuava, às vezes falava em parar e mesmo assim continuava. Eu entendo e ela entende muito mais do que eu. Eu ainda não carrego uma sequela. Até então eu não sei se tenho sequela.

Então, eu fico triste porque infelizmente o poder público não está nem aí tanto com o trabalhador quanto com o povo em si. Eu tenho dez anos como Agente de Saúde e está ali o meu líder, o Lázaro, que já me falou: “Pedacinho...”, porque eu falei de parar de ser Agente de Saúde, da vontade de chegar à Prefeitura e falar: exonere-me, eu não quero ser mais Agente de Saúde.

O Agente de Saúde é tudo, é ele que ver o cara xingar o Prefeito, xinga por causa das estradas, xinga por causa da saúde, xinga porque o médico não vem – eu moro em um assentamento. O meu carro é ambulância no assentamento, tem que socorrer as pessoas. Fica mal porque você não vai falar não para ninguém, é saúde. Se a pessoa morrer, o seu psicológico fica pior, já é uma merda! (PALMAS)

(O SR. DEPUTADO DR. LEONARDO REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 17H03MIN.)

O SR. ADEILSON JOSÉ DA ROCHA (PEDACINHO) – Então, eu acho que a Assembleia Legislativa, com todo respeito, Deputado Dr. Leonardo, que conhece a vida tanto dos Agentes de Saúde quanto das pessoas que frequentam os postos de saúde, em respeito ao senhor, não conheço o senhor, o seu trabalho, mas a maioria dos Deputados não está nem aí, nós é que nos lascamos, os meus colegas estão dizendo que estão assistindo, eu estou falando isso porque todo o Estado de Mato Grosso está nos vendo neste momento, não estão nem aí, estão ganhando salário gordo, pedindo aposentadoria com dois mandatos de Deputado e nós temos que trabalhar trinta e poucos anos e agora terá essa lei desse Governo que entrou, um Governo golpista, até o direito ele tirou. Nem aposentar nós vamos mais. (PALMAS)

Então, eu quero dizer a vocês... Depois o Pedacinho, no meu Município, é bocudo, é não sei o que, porque eu meto a sola para cima.

A Sandra é um amor de pessoa, admiro pra caramba, é minha amiga, atendo ela pra caramba, mas às vezes eu chego chateado e soco o pé no balde, porque não dá cara! Falta de vontade dos Prefeitos, desculpa-me o Secretário que está aí, não efetivam porque não querem, não têm vontade, são desumanos, não respeitam o trabalho de ninguém. (PALMAS)

Não valorizam quem anda no sol quente, mandam um protetor solar, que é farinha, a mesma coisa que passar farinha na pele, quando mandam, para nós ainda vem um protetor solar de farinha, lá em Mirassol D'Oeste, porque os outros nem veem, nem salário, que nós recebíamos abaixo do salário mínimo.

Quero parabenizar a Secretária... O Prefeito que ganhou a política, mas não é Prefeito ainda, eu não sei por quê? Os eleitores quiseram que o cara fosse Prefeito, se deixaram ele se registrar na política, então porque não o deixam Ser prefeito. Porque ainda resolveu o problema, se não resolver, também vou chutar o balde.

Com certeza o Deputado Dr. Leonardo vai chamar outro para frente, eu vou falar com ele pessoalmente para todo mundo vê, porque eu espero que nós sejamos efetivados mesmo. Está aqui o papel, o Lázaro me entregou hoje.

Eu moro no meio rural, não questiono o trabalho das meninas da cidade, seus trabalhos são difíceis também, casa por casa, muda todo dia, fazer relatório, é um inferno desgraçado. No meio rural, nós não temos isso, por quê? Porque as pessoas mudam menos, mas nós temos a distância das cidades, deu dor de barriga, precisa de um médico, “não, eu vou morrer”, você

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

tem que resolver o problema. Sandra, manda ambulância, por favor! Não tem ambulância, aí o Pedacinho tem que ir ao vizinho, o cara não tem dinheiro, não paga o cara do carro, o Pedacinho não pode pagar o cara do carro, o que vai acontecer? Só ouvir as merdas.

Então, eu acho assim, há um descaso muito grande, para mim Agente de Saúde é coisa séria, é quem conhece toda a vida do ser humano. No meu assentamento, eu visito sessenta três famílias, mas falo de trezentos e poucos, faço relatórios das pessoas, condições de vida.

Outra questão, hoje sou Gestor Ambiental, acho que todo Agente de Saúde tinha que, Deputado Dr. Leonardo, fazer Faculdade de Gestão Ambiental, porque o Gestor Ambiental realmente vai entender a importância da saúde. E o descaso público... Não é só o governante que é responsável não, pessoas também que jogam lixo em qualquer lugar, não têm cuidado com o meio ambiente, não adianta jogar nas costas dos governantes a nossa falta de educação.

Então, por que o Governo está interessado em fazer campanhas...? Os Agentes passam todos os dias na casa, Deputado, podem falar de meio ambiente, podem falar de tudo.

Então, quero parabenizar pela iniciativa, espero que ela faça valer realmente, conhecemos a luta do Deputado Valtenir Pereira há mais tempo, nós viemos para somar, mas infelizmente está difícil ser Agente de Saúde, nós precisamos de acompanhamento psicológico, precisamos de salário bom, porque os caras estão ganhando salário gordo aí para cima, o juiz está brigando todos os dias querendo salário. Sérgio Moro ganha mais de 84 mil reais, ganha salário de uma faculdade e não vai dar aula. E está pregando moralismo. Nós estamos ganhando um salário mínimo, e querem que ganhemos menos ainda.

Então, está aí a mensagem, eu acho que a iniciativa é boa, mas tem que discutir também o nosso salário, porque somos pais de família. Eu até já perdi a mulher, que não me aguenta mais... (RISOS)

Valeu, gente!

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – O Adeilson, que é o Pedacinho, é lá de Mirassol D'Oeste.

Em Lucas do Rio Verde, que é uma cidade modelo, lá os agentes comunitários de saúde têm as especificidades em agente ambiental também. Além da área específica, os treinamentos e as capacitações, eles também recebem treinamento e capacitação nessa área. Lá é modelo, em Lucas do Rio Verde é modelo. Eu estive presente, visitei o Prefeito Flori Binotti, eu visitei as unidades e é bem diferente da realidade do Estado de Mato Grosso, mas quem sabe não podemos levar também essa demanda em projeto de lei para que tenha mais uma qualificação.

Outra questão que nós levantamos na semana passada, a Escola de Saúde Pública está há dois anos, três anos, Dona Dinorá, sem dar cursos de capacitação para diversas áreas.

Nós começamos uma discussão na Comissão de Saúde, eu vou presidi-la novamente. É um recurso específico, são seis milhões de reais ao ano para a Escola de Saúde Pública, e ela consegue voltar aos cursos do passado.

Também nós estamos trabalhando dentro da Escola do Legislativo, que tem um orçamento dentro da Assembleia Legislativa, para que possamos fazer o curso técnico em agente comunitário de saúde e que voltemos a disponibilizar isso para os agentes comunitários de saúde para todo o Estado de Mato Grosso, custeado pela Assembleia Legislativa. Estamos trabalhando junto à Presidência, porque lá tem a Escola do Legislativo, que presta pós-graduação em algumas áreas. Nós vamos tentar negociar com a Mesa Diretora para que ela faça esse investimento e possamos estender de uma maneira a atender o curso técnico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

A Dona Dinorá Magalhães, nossa companheira, está à frente, o Domingos também, estamos nesse trabalho, montando cronograma, montando uma carga horária, montando, enfim. Já, já nós lançaremos para vocês, com fé em Deus. A Assembleia Legislativa tem que retribuir, é o quartirão mais caro do Estado de Mato Grosso, tem que retribuir, tem que voltar de alguma forma, e nessa área de educação tem possibilidade de fazer, nós estamos pressionando, pedindo, e com certeza o Presidente irá sensibilizar o setor da Educação Legislativa para fazer isso para todos os agentes comunitários do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Pedacinho.

Eu quero saudar o companheiro Eliésio Campos, nosso companheiro aqui de Cáceres, e concedo-lhe a palavra, meu irmão.

O SR. ELIÉSIO CAMPOS - Boa tarde a todos e todas!

Eu sou ACEs de Cáceres, eu vou falar uma situação, eu já pedi para a Frente Parlamentar, foi uma das minhas solicitações para resolver de todo mundo. Então, em algumas situações estamos aqui.

Sobre a regulamentação dos agentes de saúde dos municípios de Mato Grosso, tem muitos municípios que estão na CLT, e que são para passar a estatutário, é a questão de Cáceres. Fizemos o processo de certificação, com a criação de uma Lei Municipal, mas ficamos na CLT até agora. Desde 2011, estamos brigando para que tenha essa mudança.

Outra situação, os efetivos que, segundo já foi constatado pela Dinorá, os municípios não publicaram no diário, não levaram ao Tribunal de Contas. Outra, a regulamentação dos que nem passaram por isso.

O que eu venho solicitar para a Frente Parlamentar é exatamente isso, eu já coloquei no grupo do *whatsApp*, já mandei pessoalmente para o Dr. Carlos, que ele comece, a Frente Parlamentar acho que vai fazer dois anos, um ano? Nós temos que sair com alguma coisa concreta, já depois desse um ano de levantamento, de estudo, porque quando nós chegamos nas prefeituras, as prefeituras vão estudar ainda, vão ver como que vão fazer. Há muitos desses que a prefeitura não sabe como fazer. Então, pedimos à Frente Parlamentar para que crie ou faça a partir de agora essa orientação para os municípios, e que seja regulamentada realmente a situação da efetivação.

A outra também que já comuniquei, já pedi, já solicitei... Que a regulamentação do piso salarial, nós estamos abaixo, tem município que faz o repasse da RGA, tem muito que não, só está pagando R\$1.014,00. Por exemplo, o Município de Cáceres, só este ano que passou a RGA, então, nós estamos recebendo R\$1.180,00, não, R\$1.080,00? Bem abaixo, então, não passou a nossa RGA.

A insalubridade, que é tão questionada, falada, não tem regulamentação, nós temos várias leis que falam sobre a insalubridade, também tem que sair, não podemos deixar, tem que ser uma normativa daqui da Assembleia, da Frente Parlamentar. Falaram que não era para falar sobre dinheiro, mas nós temos recursos dos municípios que vem para os municípios todos os anos como incentivo adicional, que vem em dezembro, e muitos municípios se negam a pagar. Está na Lei nº 12.994, que diz que é uma décima terceira parcela do recurso para o agente de saúde.

A regulamentação dos... Quem já está estatutário tem que brigar pelo PCCS do agente de saúde, e aí nós estamos esperando o projeto de lei que vai garantir alguns serviços. E também sair daqui com a orientação clara sobre isso. Como o município tem que fazer sua regulamentação? Como estão os próximos concursos públicos? Tem que deixar bem claro.

Então, eu solicito à Frente Parlamentar, de público, para que saiamos daqui com essa orientação. Infelizmente, o nosso Secretário e os Coordenadores do município foram embora,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

teriam que ouvir, porque já está encaminhado, só falta fazer. Não precisa inventar mais leis. É só garantir o que já está, a 11.350, a PEC 51 e a 12.994.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Perfeito.

Mandaram uma pergunta para o Roger, mas nós vamos encaminhar e vamos ver como fazemos aqui.

A Frente Parlamentar está com muita dificuldade de iniciar, vocês sabem, não foi fácil, a Dona Dinorá no dia a dia conhece. Hoje, nós temos uma sala na Assembleia Legislativa, tem uma assessoria, uma coordenação jurídica, que é o Dr. Carlos, tem a Jose, que também está lá. Nós percorremos quinze municípios, foram mais de quatro mil quilômetros e em todas as idas agora, é isso que o Eliésio Campos estava cobrando, nós estamos fazendo uma orientativa. Nós chegamos, levamos um cipoal de leis, mostramos para os gestores, sensibilizamos, usamos a discussão política, o Sindicato trabalhou bastante, e se não entrar em um entendimento, o Sindicato vai judicializar, com razão, mas nós ainda estamos fazendo aquela discussão.

Nós vamos mandar um Ofício a todos os prefeitos, nós mandamos no final do ano sobre o recurso que vem de incentivo, esse do final do ano. Ainda há uma discussão, alguns poucos municípios pagam e outros não, por conta de brechas e entendimento legal. Nós encaminhamos um Ofício e obtivemos resposta de todos os prefeitos. Vamos encaminhar também, em relação à efetivação, e nós estamos solicitando um a um. Graças a Deus, por onde estamos passando, que já foram quinze, o andamento foi diferente, com ação política, o Sindicato junto, com vocês, envolvendo as Câmaras Municipais, outros agentes políticos, como prefeitos, população, audiência pública, indo para cima, o pessoal nos recebendo; depois, reuniões à parte da Frente Parlamentar com o Sindicato, outras reuniões sozinhos com os gestores estão encaminhando. Agora, o trabalho, graças àquela discussão que tivemos mês passado, em Cáceres, que você até encaminhou, nós começamos a fazer esse trabalho de orientação e de levar juridicamente aos Procuradores Municipais e para os gestores.

Quanto ao piso salarial o Município de Cáceres, infelizmente, estava abaixo do piso. Agora, que ultrapassou um pouquinho. O piso salarial estava defasado há quatro anos. Daí a votação de estarmos aqui distribuindo os *buttons*. Estaremos com os companheiros, em Brasília. Estaremos lá, mais uma vez, para tratarmos da questão do piso salarial nacional. Vamos nos organizar para levar... A equipe do Estado de Mato Grosso estará lá em peso com fé em Deus. Vamos ocupar, novamente, a Câmara Federal como ocupamos nove andares ano passado. Foi uma mobilização muito bonita. O Sindicato está de parabéns, a Confederação Nacional de parabéns e, por isso, mostrou forças e por isso vai existir essa lei.

Eu vou deixar as outras questões mais técnicas com Dr. Carlos, conduzir.

O SR. CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS - Eliésio, as recomendações chegaram até mim e vou fazer requerimento ao Deputado que preside esta Audiência Pública. Ficará determinado sair daqui nesse sentido.

Precisamos comprometer os 22 prefeitos da Região Oeste que cumpram. Onde não estiver efetivado que efetive; onde não houver insalubridade que implante, que se comece a estudar essa questão. E quanto ao adicional vamos mandar e nos fazer presentes, sim, para que essa lei seja implantada.

Todos os requerimentos você fez, Eliésio, já estão em nossas mãos e daqui, posteriormente, a deliberação da Audiência Pública será essa. Vai chegar documento oficial da Assembleia Legislativa para quem preside a Audiência Pública, que é o Deputado Dr. Leonardo, para que os municípios cumpram o que for determinado aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Então, não ficará só em conversa. Daqui para frente a tendência é que essa documentação saia via Assembleia Legislativa e será encaminhada via Frente Parlamentar, que o Deputado coordena, para os 22 municípios da Região Oeste. É o que estamos fazendo em todas as regiões.

Só lembrando que a Audiência Pública do Deputado Valtenir Pereira será dia 28 de abril, mas a nossa, da Região Norte - Sílvia e Ida que já estão aqui presentes -, possivelmente, será dia 26 de maio. Em abril será a do Deputado Valtenir Pereira, mas dia 26 de maio estaremos no Norte e no mesmo formato desta.

Então, assim, pode ficar tranquilo, Eliésio, que será encaminhado. Os Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Secretários de Saúde vão sair daqui, sim, notificados. O que aconteceu aqui, nesta Audiência Pública, tem peso, sim, para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e para nós que estamos aqui presentes.

Muito obrigado pela atenção. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Com a palavra a Sr^a Eliane Dalben, Agente Comunitário de Salto do Céu.

A SR^a ELIANE DALBEN – Em nome dos meus colegas do Município de Salto do Céu, cumprimento a todos da mesa e os colegas presentes.

A minha dúvida é a seguinte: em Salto do Céu somos efetivos. Certo! Ganhamos 10% de insalubridade e um salário de 1.014,00 reais e tem o aumento que ele dá todo ano que está chegando, hoje, a quase 100 reais, e mais o salário-família, mas estamos correndo atrás, agora, do adicional.

E fomos lá! Rapaz, eu vou te falar, ele deu uma pressão psicológica que tem colega que até desistiu. Está desistindo de correr atrás.

Então, a minha dúvida é assim: protocolamos documentação, com dois meses ele não tinha dado resposta para nós, marquei uma reunião e o Prefeito já estava correndo, começou correndo de nós de fazer reunião, mas conseguimos. Só que ele falou assim: “Cuidado para o tiro não sair pela culatra, não atirar no próprio pé.”. Por quê? Como somos estatutários, talvez, diz ele que, talvez, tenhamos até que devolver o dinheiro que ele deu de aumento para nós. Eu falei: pode tirar, porque são só 78 reais. Pode tirar do meu, se quiser.

A SR^a (???) - Desconta para quem: para o INSS ou para o Prev do Município?

A SR^a ELIANE DALBEN – Pois é para o INSS.

O que mais?

A Sr^a (???) - Não tem o Prev?

A SR^a ELIANE DALBEN – Não! Lá é só INSS.

A Sr^a (???) – Todo mundo?

A SR^a ELIANE DALBEN – Todo mundo!

Então, é o seguinte: queremos pedir uma opinião. Nós vamos entrar na Justiça. Depois de amanhã já iremos.

Então, hoje, eu quero de 2007 até agora, este ano, corrigido. Eu não quero mais nem... Se eu fosse acertar com ele, iria fazer cada ano o seu valor, mas como ele não quis, não fez nenhuma proposta para nós... Ele deu tipo assim... Ele falou que nós podíamos... Ele falou até que o senhor está fazendo política em cima de nós. Eu falei que iria contar. E ele não abre mão. Ele falou que não vai pagar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Eu quero só pedir uma opinião. Até conversei com o Dr. Carlos no grupo e nós vamos entrar. Nem que leva dez anos, mas vivemos até hoje sem, porque ele nunca pagou. Se levar mais dez, não tem problema.

Então, nós vamos entrar na Justiça e queremos a opinião se nós podemos entrar se nós quisermos. Porque lá só é na Justiça. Não conseguimos nada de graça lá. Tudo foi com muita luta.

O que vocês nos aconselham?

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Eu vou fazer política de verdade que é primeiro conversar com o Prefeito que eu respeito e não ele acusar. Isto aqui não é politicagem. Inclusive, nos lugares que foram aprovados como em Nova Mutum eu não fui. Foi a equipe técnica. Esta é a diferença de fazer politicagem e querer fazer política e resolver de verdade. Então, muitas vezes, é a equipe técnica que vai na minha frente.

Eu poderia ter deixado essa condução da Audiência Pública com nossa equipe técnica que tem minha total confiança, Dona Dinorá, o Domingos. Nós ficamos felizes. O importante é resolver.

Vamos fazer política de verdade, primeiramente, conversando e mostrando...

Mais ou menos, eu já sabia desse imbróglio. Foi o Dr. Carlos quem me passou a situação que o Prefeito fazia o seguinte entendimento: como ele tinha efetivado, dava o décimo terceiro, como todos os funcionários públicos e efetivos, e dava a Reposição Geral Anual, RGA, que não queria dar o recurso que vem do Ministério.

É isso, não é Dr. Carlos?

Então, primeiramente, vamos tentar fazer o entendimento com base jurídica para ele. Se não funcionar, vamos judicializar sem problemas. Aqui nós queremos mostrar o melhor para o Prefeito. Queremos a situação mais rápida que é entrar num entendimento, mas quem não quiser, Dona Dinorá, e quiser afetar o nosso trabalhador...

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO – Vocês, como efetivos, têm direito no anuênio. O que é anuênio? É um reajuste de 11% que é dado ao servidor público. Vocês têm esse direito. A cada cinco anos tem o quinquênio que é outro reajuste a cada cinco anos de trabalho. Há esse direito! Correto? Tem o direito a licença-prêmio remunerada. Tem esse direito.

Então, vejam bem, é onde entra a minha dúvida. Você me deixou uma dúvida: como que você é efetiva e não tem esse direito e ele, ainda, ameaça retirar?

Aí pergunto: outros servidores, também, não têm reajuste?

A SR^a ELIANE DALBEN - Não, Dinorá, esse anuênio foi cortado para todos. A Câmara votou. O próprio Vereador que era funcionário votou e nem sabia o que estava votando. Cortou! No final do mês foi receber, não estava lá e foi brigar. E aí o Prefeito falou: “Mas você não votou para cortar?”.

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO - Quantos por cento eles votaram?

A SR^a ELIANE DALBEN - Nem lembro quanto era.

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO - Vocês estão efetivas há quanto anos?

A SR^a ELIANE DALBEN - Nós efetivamos em 2009.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO - Então, se ele viesse dando 1% todo ano, já ultrapassaria esse valor. Se ele desse um reajuste de 1% ao ano, de 2009 até agora, já ultrapassaria esse valor.

Outra situação, a insalubridade dos Agentes Comunitários por onde se fez a perícia técnica, deu 20% de insalubridade e não 10%, Brasil afora, Deputado Dr. Leonardo. Por onde foi feita a perícia, foi 20%. O que contou? Contou a poeira que você anda nela; contou o sol quente que você anda; as doenças infectocontagiosas; o câncer de pele; o desgaste ósseo; a velhice precoce. Tudo isso contou e deu nível médio por onde passou. São coisas que realmente precisam corrigir.

Por exemplo, lá em Cuiabá o mesmo 11% que é dado ao servidor é nos dado todo ano. Vão 11%, todos nós entramos.

Eu quero aproveitar aqui e falar da vantagem que tem em homologar ao Tribunal de Contas. Tem uma vantagem que muita gente não sabe: é que a quem o TCE está homologando tem direito de receber - quem é anterior a 14 de fevereiro - uma indenização pelo período que trabalhou. Muitos, por exemplo, não tinham 13^a, não tinham férias, então ele recebe uma indenização.

Outra coisa, são reajustados o anuênio e o quinquênio dele desde 14 de fevereiro para cá. São reajustados. Então, é importante homologar no Tribunal de Contas. É importante. Você vai ganhar os seus direitos. Aquilo que você acha que está perdido, vai ganhar de volta. Na hora de se aposentar não vai perder, como muita gente está achando que vai perder. Não vai perder esse período, não.

Então, os 20 anos, a questão da aposentadoria que ninguém tocou aqui no assunto, a questão da aposentadoria por tempo de serviço.

A aposentadoria do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias está aprovada e sancionada. Todos têm direito. Porém, nós aconselhamos não pedir aposentadoria agora, antes da mudança da Lei 11.350. Por quê? Quem aposentar agora - já tem muitos municípios, pessoas que estão sem conhecimento e pedindo aposentadoria - vai aposentar no nível fundamental, porque a Lei 11.350 diz que os Agentes são de nível fundamental. Uma vez de nível fundamental, você não consegue avançar até mesmo no plano de cargo, carreira e salário, consegue ganhar pontos, porque a Lei 11.350 não nos respalda disso.

Então, a aposentadoria que está proposta é que aos agentes comunitários de saúde anterior a 14 de fevereiro de 2006, na hora da aposentadoria vai ser indenizado, vai receber um reajuste de 40% sobre o seu salário para se aposentar. Estando efetivo, vai tirar todas as suas licenças-prêmio.

Hoje estamos vendo que muitos municípios dão licença, como Mirassol d'Oeste já está dando. Não é, Lázaro? Outros municípios já estão liberando.

Quero dizer a vocês que quem está pensando em pedir conta porque acha que está difícil, eu te aconselho a não pedir.

Outro direito que o Agente efetivo tem é: se você precisa cuidar de alguém para resolver os seus problemas pode pedir dois anos de afastamento sem remuneração. Você pode se afastar por dois anos para cuidar. Só que nesses dois anos, você não tem remuneração. Terminaram os dois anos, você volta e tem o seu emprego.

Quem sabia disso? São poucas pessoas. A maioria não sabia desse direito.

Vocês fiquem cientes desses direitos que o Agente Comunitário tem. Por isso, vocês precisam ser efetivos estatutários, porque na CLT vocês não têm esses direitos.

Então, essa é a nossa peleja, é a nossa batalha para que todos sejam estatutários.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

Outra questão muito importante, Deputado Dr. Leonardo, que eu quero deixar clara: segundo a discussão, após a mudança dessa lei, os Agentes anteriores a 14 de fevereiro vão ficar recebendo pelo Governo Federal. Os anteriores. Por quê? Porque ele entrou num projeto do Governo Federal, não existia legislação e ele adentrou nesse período, suportou a tudo e manteve. Hoje, está estável essa questão do Agente Comunitário.

Quero dizer a vocês que os benefícios são grandes e por isso estou permanecendo na briga e mantendo-me. Eu poderia estar aposentada por invalidez, mas fui aconselhada pelo perito a não me aposentar, porque ele achou que seria um prejuízo para mim e para a categoria.

Nós sabemos que sair correndo atrás de direito não é para todo mundo. Às vezes alguém pode achar que nunca fizemos nada enquanto Sindicato e o que fizemos foi pouco. Mas quero dizer a vocês aquilo que foi feito foi muito grande.

Se hoje temos essa Frente Parlamentar é porque foi fruto do nosso trabalho. Nós acreditamos nisso. Não é, Dr. Leonardo? Porque se não acreditássemos nisso, não existiria.

Quero dizer a vocês que quando fomos a Sinop, eles eram terceirizados. Sinop era terceirizada, era dentro de uma empresa, eu ainda briguei bastante com os próprios Agentes, porque eles queriam um concurso público. Eles queriam e eu dizia que não. Eles queriam um concurso. E se tivesse feito o concurso, ninguém se salvaria. Então, conseguimos salvar 65 Agentes Comunitários, à época, e foram efetivados.

Eu fui muitas vezes a Sinop de van, dormi uma noite na estrada para lá, passava o dia lá e voltava na outra noite para cá. Isso não foi uma, duas e nem três vezes, foram várias vezes para conseguir resolver, e tantos outros municípios.

Os municípios que estão efetivos, a maioria foi por meio da Justiça. Juscimeira mesmo foi um Município que o próprio Sindicato do Servidor Público foi ao Município de Dom Aquino para desmanchar uma efetivação que nós ganhamos na Justiça. E eles entraram. Eu disse: não faça isso, é direito, a Justiça deu, como é que vocês vão desmanchar o que a Justiça deu?

E eles: “mas Juscimeira nós não deixamos. E nós ganhamos em Juscimeira, eles não tiveram como recorrer e em Juscimeira estão efetivos. Foram efetivos 26 Agentes Comunitários, com muita briga. Nem os Agentes acreditavam. No dia da posse eles ainda estavam meio vendidos, meio perdidos, meio sem querer acreditar que aquilo era uma decisão judicial.

Então, quero dizer para vocês, que se existe toda uma construção, se existe uma Frente Parlamentar Nacional, se existe uma estadual, se existe a criação de um conselho, se existem Agentes efetivos, se existe o que existe na categoria nós fizemos parte - nós fizemos parte disso... (PALMAS) ...e queremos continuar fazendo parte. Os gestores são duros, mas agora nós vamos endurecer mais, porque nós temos prazos e eles terão que cumprir.

Então, quero dizer a vocês que não tenham dúvidas. As coisas precisam andar.

E nós sabemos, prefeito, que o gestor de primeiro mandato, esse é até fácil de lidar, mas esses que vêm de segundo mandato, esses que um dia já foram, ficaram de fora e voltaram novamente, esses Agentes estavam lá, principalmente o Prefeito que o Agente não o apoiou, apoiou outra pessoa, esses prefeitos são problemas – correto? Vai dar problema? Vai. Mas quero dizer que se a Frente vai bater duro, o Sindicato tomou uma atitude, contratou um advogado para o sindicato. Quem vai pagar? Os filiados. Os filiados vão pagar.

Os municípios que quiserem a intensidade jurídica do sindicato devem se filiar ao sindicato, porque, mesmo que eu não vá, o jurídico vai. Ele vai estar disposto, ele está disposto, ele tem vontade. Nem em todo lugar eu vou poder estar, mas ele vai poder estar, vai lá para resolver a situação e de justiça ele entendeu bem, porque ele briga muito pelos direitos dos outros, por isso ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

veio, porque entende o que é direito dos outros, das pessoas, porque ser advogado dessa categoria tem que ter conhecimento, como o Dr. Carlos tem, como Dr. Cláudio tem, como outro tem, porque se não for sensível à causa não adianta. Não basta para a categoria ser só advogado, mas que o advogado entenda os direitos, compreenda a lei e vá em busca desse objetivo. Estamos com o objetivo de resolver este ano e nós temos prazo.

Iremos constatar, dos 141 municípios, aqueles que ainda não estão no Tribunal de Contas e vamos em busca dessa documentação. Nós vamos buscar os documentos, queremos provas da sua efetivação, queremos isso no papel - o Município vai ter que nos fornecer - para que tenhamos certeza de que vocês estão efetivos.

O Sindicato precisa disso. Como é que o Sindicato vai demandar sem ele ter a certeza? Então, vocês têm todos esses direitos.

E quero dizer que quem negocia PCCS é o Sindicato. E vocês irão precisar, e muito, para essas negociações.

Então, precisamos que a categoria entenda o que é o Sindicato. O Sindicato não é meu. O Sindicato é dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias que tiverem o interesse em aderir, porque muitos não têm. Temos municípios que os Agentes de Endemias são bem afastados dos comunitários, fazemos uma reunião e nem lá eles vão. Mas os Agentes de Endemias que tiverem interesse em aderir ao Sindicato, temos filiação para eles também. Então, o nosso objetivo é esse.

Por que tem que filiar? Porque nós temos a autoridade e a voz de falar em seu nome. É como você assinar uma procuração para um advogado para te defender. Se você não passar a procuração ele não pode defender.

Então, nós precisamos, sim, da sua filiação para que o advogado tenha autoridade de chegar e dizer: “prefeito, precisamos resolver e a lei disso é isso. Enquanto isso a Frente Parlamentar vai com o seu trabalho político, que é importante, de conversar com o prefeito, mas nós precisamos tomar atitudes.

Eu sei que sozinhos não iríamos dar conta. Por isso que nós convidamos a Frente Parlamentar, por isso que nós fomos atrás da criação dessa Frente, porque sabemos que não tinha condições só do Sindicato resolver.

Tempos certeza também que a Frente sozinha não vai conseguir. Então, as duas precisam aderir a esse projeto e correr atrás para resolver. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – O pessoal já está dispersando e indo embora. Eu também vou ter que ir, vou hoje para Cuiabá, vou pegar a estrada.

Vamos continuar com as perguntas e vou, cumprimentando os companheiros, passar a condução para o Dr. Carlos Eduardo, porque vou passar na minha casa para dar *tchau* para minha família, porque eu moro aqui em Cáceres, para seguir o caminho.

Eu só tenho a agradecer a todos vocês de coração, dona Dinorá já falou, que é nosso interesse para a qualidade da Saúde.

Nós queremos uma saúde de qualidade no Estado de Mato Grosso e no Brasil e isso passa por aqui. Sem passar por aqui não há condições de fazermos saúde de verdade e estamos sensibilizando os gestores.

Dr. Carlos, há algumas perguntas, tem o companheiro Lázaro, mas deixo com vocês, vou sair devagarzinho, vou conversando com alguns e vamos continuar aqui até termino, porque já estamos chegando ao encerramento, até porque o horário da nossa transmissão está chegando ao fim também.

(O SR. CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 17H40MIN.).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

A SR^a ELIANE DALBEN - Para fechar, Dinorá.

Lá ele nos dá o aumento, todo ano um pouquinho, temos férias, temos a licença também a cada cinco anos de três meses, a licença prêmio.

Mas quero perguntar, para fechar, porque ele fala que o incentivo é para ser usado com programa, mas ele não gasta onze mil reais por ano com os Agentes de Saúde nunca lá - ele não gasta. Nós somos onze e vem mais de onze mil reais no ano para pagar o adicional, ele fala que é para ser usado, mas nunca usa, porque duas camisas uma vez no ano, protetor solar, com cinco anos que ele está lá agora que nos deu um. Então, vamos brigar agora na Justiça por causa do adicional.

A SR^a DINORÁ MAGALHÃES ARCANJO DE CASTRO - Eliane, o que o Ministério Público está fazendo?

O Ministério Público está pedindo prestação de contas. O que o município está fazendo com esse dinheiro? Não respondendo o que gastou, ele é obrigado a passar para o Agente. Não tem jeito. Ele tem que repassar para o Agente de Saúde.

Pode ir, sim, para o Ministério Público e requerer, é direito dos que estão entrando.

Outro dia mesmo nós mandamos para o Ministério Público o de São Pedro da Cipa.

Então, pode entrar e requerer sem medo de ser feliz. Pode pedir. Mete bronca. Pode pedir é direito.

Diz-se que quem sabe dos seus direitos e não corre atrás dele, dele não é digno. Então corra atrás. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS) - Tem mais algum questionamento?

Antes de você ir, Ana Paula, peço para o pessoal assinar a lista, por favor.

Quem está saindo tem uma lista de presença correndo aí.

O Lázaro quer falar? Nós passaremos a palavra para o Lázaro e faremos o encerramento.

O SR. LÁZARO LUCAS DE SOUZA – Infelizmente o Deputado não está presente, mas seria importante que a Assembleia Legislativa abrangesse o Estado inteiro, fizesse um projeto dando qualificação aos Agentes na língua de sinais, porque eu fiquei envergonhado, eu fui adentrar à casa de uma moradora que era surda-muda e eu não sabia como me comunicar com ela. Fiquei fazendo gestos que nem eu entendia e nem ela, entramos em um acordo e adentrei à casa dela. Isso é muito importante porque nós adentramos e dialogamos com várias pessoas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS EDUARDO SOUZA SANTOS) –Muito obrigado pela sugestão, Lázaro, eu anotei na pastinha do Deputado e nós levaremos adiante a sua proposta para ver se conseguimos encaixar como uma espécie de projeto de lei.

Encerro esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

Está encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;

- Cristina Maria Costa e Silva;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,
REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14H, EM CÁCERES.

- Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.